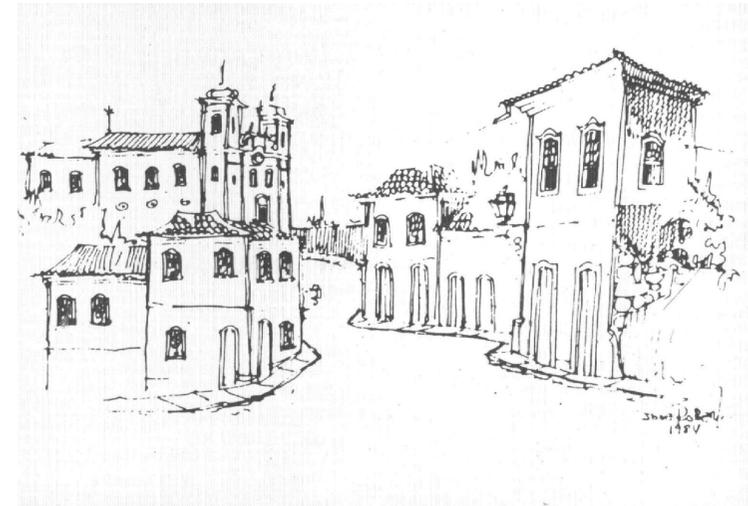


LPH - Revista de História Ano 11 n. 11 2001

L P H

REVISTA DE HISTÓRIA

ANO 11 Nº 11, 2001, LPH/DEP. HISTÓRIA/UFOP



Mariana - MG

LPH Revista de História

ISSN 0103-7110
“LPH”

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITOR

DIRCEU DO NASCIMENTO

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

JOSÉ GUILHERME RIBEIRO – PRÓ-TEMPORE

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ivan Antônio de Almeida

**COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA
HISTÓRICA**

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Ângelo Alves Carrara
Ivan Antônio de Almeida

EDITORACÃO

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Fabiano Gomes da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Ângelo Alves Carrara
Ivan Antônio de Almeida

CONSELHO CONSULTIVO

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Andrea Lisly Ribeiro
Ângelo Alves Carrara
Fábio Favarsani

Renato Pinto Venâncio

EXPEDIENTE

Correspondência e contribuições devem ser encaminhadas para LPH – ICHS, Rua do Seminário, s/nº, CEP. 35.420-000, Mariana, MG, tel/fax: (031) 557-1322

lph@ichs.ufop.br

<http://www.ufop.br/departamentos/lph/intro.htm>

Pede-se permuta We demand exchange On demande échange

Índice

APRESENTAÇÃO	
ENTREVISTA	
Com Fernando Novais	3
ARTIGOS	
<i>M. I. Rostovtzeff e uma Arqueologia Nacionalista do Sul da Rússia – ou dos Usos Ideológicos da Narrativa de Heródoto</i> Fábio Adriano Hering	17
<i>Cultura Material e Fontes Escritas: uma breve discussão sobre a utilização de diferentes categorias documentais em um estudo sobre as práticas cotidianas dos romanos de origem pobre</i> Renata Senna Garraffoni	33
<i>Catequese, Cômruas e jurisdição religiosa no Termo de Minas Novas do Aracuaí</i> Andréa Lisly Gonçalves	59
<i>História, Saúde, Ciência.</i> Anny Jackeline Torres Silveira	71

Apresentação

Com este número, *LPH - Revista de História*, do Laboratório de Pesquisas Históricas, do Departamento de História, da Universidade Federal de Ouro Preto, alcança a invejável marca de 11 números editados e publicados em onze anos de publicação da Revista. Assim, *LPH - Revista de História* se consolida como uma das mais antigas publicações acadêmicas da historiografia brasileira. Continuamos no novo milênio como terminamos o antigo: mantendo o esforço de publicações acadêmicas na História.

Neste número, apresentamos uma importante entrevista do Prof. Fernando Novais, na qual ele aborda, polemicamente, temas da historiografia colonial brasileira

Os artigos neste número continuam bem variados, indo desde investigações no campo da História Antiga, passando por uma análise de história regional, até um diálogo entre História e ciências médicas, campo que vem sendo cada vez mais investigado no Brasil.

Finalmente, agradecemos publicamente ao NEASPOC-UFOP e à GIGA Consultoria Ltda pelo apoio financeiro para a publicação deste número. Essas instituições, atuantes na área de pesquisa e ensino têm apoiado, tradicionalmente, o esforço de publicação de *LPH - Revista de História*.

Boas leituras!

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Editor de *LPH – Revista de História*

ENTREVISTA

Uma entrevista com Fernando Novais

Entrevistadora: Andréa Lisly Gonçalves
Dep. História - UFOP

A capacidade de suscitar polêmicas talvez seja a principal medida da importância de uma obra. Se somado a isso o trabalho é capaz de inspirar relevantes pesquisas, desdobrar-se em um considerável número de teses estamos diante de um clássico. No caso da historiografia brasileira, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* é sem dúvida um clássico e seu autor, Fernando Antônio Novais, um dos maiores historiadores brasileiros da atualidade. O tom polêmico de suas afirmações pode ser conferido na entrevista concedida à historiadora Andréa Lisly Gonçalves para a *Revista do LPH*, por ocasião de Simpósio organizado pelo Centro Acadêmico de História da UFOP.

1. *Passados mais de vinte anos da 1ª edição de Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, é inegável a atualidade das teses ali defendidas. No entanto, o professor apontaria algumas afirmações, contidas na obra, que poderiam ser revistas à luz das contribuições da historiografia produzida no Brasil e no Mundo nos últimos anos?*

Bom, eu tenho alguma dificuldade com essa questão, a minha resposta seria, não, não teria, no condicional. O fato de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* ter provocado debate, em si, para mim, é uma coisa que me agrada muito. Isso significa que é um livro que tem idéias, e que são discutidas. Eu acho que, evidentemente, de lá para cá, muita coisa foi publicada. Eu não digo que escreveria diferente, eu desenvolveria certas partes, certos pontos que não foram claramente expostos e que poderiam ser repensados com o debate. Mas eu acho que essas questões são mais matéria para escrever outros livros que eu pretendo escrever, pelo menos mais

dois, a verdade que com atrasos e com dificuldades. Eu corro o risco de parecer muito egótico, mas eu devo confessar que escrevo pouco mas gosto do que escrevo. Eu me leio com algum prazer.

2. *Os recentes trabalhos sobre o tráfico de escravos, por exemplo, relativizaram algumas das observações feitas sobre o tema no Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial? O mesmo ocorreria com as teses sobre acumulação endógena de capitais na colônia?*

Eu acho que relativiza. Mas, ao contrário do que pensam os autores não nega, pelo contrário, a análise do sistema colonial e da economia colonial fica confirmada por essas contribuições. Tomemos agora, a análise do escravismo colonial, sobretudo o debate com o professor Gorender: há dois ângulos. Um é o da ortodoxia marxista, de quem faz a análise mais marxista. Eu acho esse um problema menor embora não é sem interesse, pois tem interesse para a história do marxismo na América Latina que terá um capítulo sobre esse assunto daqui a cinquenta anos, não sei. O outro ângulo é mais importante: o verdadeiro critério para mim é qual análise dá mais conta da sociedade escravista no Brasil. O meu recorte é que, quando se fala em escravismo colonial, o essencial é colonial e não escravismo. O que é específico do escravismo moderno é ser colonial e o que é ser colonial, o que é específico de ser colonial é a existência de uma economia que acumula externamente, embora não seja externa ao sistema. Externa ao sistema seria na China ou na lua, o sistema pressupõe metrópoles e colônias. Metrópoles e colônias no plural, não é cada metrópole com a sua colônia, mas sim metrópoles e colônias, isto é, centro e periferia. Quando se fala na externalidade da acumulação esta se referindo à externalidade da acumulação em relação à área da produção, mas dentro do sistema. Portanto, não é falar em relações externas, não se trata de nada externo ao sistema. Essa externalidade também não é absoluta, não quer dizer que não haja nenhuma parcela do excedente econômico que não remanescesse na área de produção, isto é, na colônia; ou o processo de produção não se reproduziria. O que nós falamos é de tendência à acumulação externa. A definição precisa é externalidade em relação à área produtiva, acumulação

primitiva de capital comercial autônomo. Cada palavra dessa formulação exige uma compreensão muito precisa. É preciso saber o que é capital; segundo o que é capital comercial e, terceiro, o que é capital comercial autônomo (não é simples), quarto o que é acumulação de capital, quinto o que é acumulação primitiva de capital! Se não se entender isso direito não se entende do que estamos falando. O Frei Vicente de Salvador dizia tudo isso com a frase “Tudo querem para lá”, dizia tudo isso com essa frase “Tudo querem para lá”. “Tudo querem para lá” significa externalidade, a nosso ver, externalidade em relação à área produtiva, à área produtora da acumulação primitiva de capital comercial autônomo. É essa a proposta. Se essa não é a característica fundamental da economia colonial, o que caracteriza a economia colonial? Só o fato de ser escravista? Não. Outras economias foram escravistas e não eram coloniais. O que é ser colonial? A economia escravista antiga se diferencia da economia colonial não só porque o escravo era de uma raça diferente da do senhor na economia colonial, essa diferença existe sim no escravismo moderno, ela é importante, mas isso não é intrínseco ao sistema. Do ponto de vista econômico a economia escravista antiga não tem externalidade da acumulação e a economia colonial tem, essa é que é a diferença, a meu ver.

Quando se fala que se desenvolveu o mercado interno, no século XVIII, por exemplo, como aparece nas reflexões dos colegas do Rio de Janeiro, apresentam isso como sendo a negação das análises da economia colonial feita pelo Caio Prado, por Celso Furtado, por mim mesmo, quando, a meu ver, elas só a comprovam. Desde Caio Prado está dito que a economia colonial é voltada para o mercado externo, mas que para funcionar ela tem que desenvolver o mercado interno. Aliás, o Caio Prado deixa claro que essa é a contradição da economia colonial. Portanto, eles não estão dizendo nada, eles estão mostrando que ela foi maior do que se pensava, mostrando que ela é anterior. Quando se mostra que o tráfico de escravos, desde o século XVII, se faz diretamente com a África não quer dizer que não haja acumulação na metrópole. É preciso ver bem: Angola não é uma colônia, no sentido rigoroso de uma área de produção colonial. Ela é um entreposto da metrópole para exportar. Através do comércio de Angola com Portugal, os lucros do tráfico, para o Brasil são canalizados para Portugal. E mais, o que sim

significa isso é que no tráfico, desde o início, os colonos conseguiram uma parcela de apropriação do excedente econômico gerado pelo tráfico. Conseguiram e aí nós temos o núcleo do início do processo de internalização da acumulação capitalista no Brasil. Isso é verdade, e que é muito cedo no Brasil como está sendo comprovado nos estudos mais recentes. Isso não nega a análise do sistema colonial, ao contrário, é parte da análise do sistema colonial. A mesma coisa poderíamos dizer a respeito das discussões sobre a separação da colônia em relação à metrópole, isto é, a independência. Os colegas do Rio de Janeiro, de Niterói, eles certamente não acharão graça nenhuma nisso, mas as análises deles vão ao encontro direitinho as dos portugueses. Quer dizer que não houve exploração colonial. Como é que fica a separação para Valentim Alexandre? Eu gosto do trabalho dele, tenho o maior apreço pelo trabalho dele mas eu acho que Alexandre lê os teóricos da política colonial portuguesa, os teóricos do Império, como Rodrigo de Sousa Coutinho, por exemplo, que eu também analiso, sem levar em conta o caráter ideológico. Eu leio, contrariamente, como sendo ideologia, pois procuro descobrir o que está por trás do discurso. Ele lê os textos como sendo uma análise científica da realidade. Há uma questão a respeito da crise que eles não entenderam. Eles procuram demonstrar que o comércio e o desenvolvimento econômico em geral estavam ocorrendo em fins do século XVIII, início do XIX em Portugal e no Brasil, o que é verdade e que eu afirmo no meu livro. Crise do sistema colonial não é crise econômica, é crise na relação entre metrópole e colônia. Ao contrário, eu digo claramente lá - essa é questão e que exige a leitura do livro todo, não só do segundo capítulo - quanto mais a política econômica portuguesa reformista relativa ao Brasil dava certo, mais se aprofundava a crise porque os colonos tomavam mais consciência de que eles eram explorados. Então, não adianta falar que não havia crise. Valentim Alexandre e Jorge Pedreira dizem que não havia crise. Como poderia haver crise? O comércio estava em expansão, as indústrias estavam se desenvolvendo no Brasil e em Portugal. O problema é que a crise é crise do sistema colonial, não é crise de desenvolvimento econômico, não é disso que se trata. Crise são tensões que levam à ruptura do pacto, levam à ruptura da relação metrópole-colônia. Bom, se não há sistema colonial, não há exploração colonial, curiosamente os

colegas do Rio de Janeiro levam água às teses "portuguesas", ao dizerem “não, o capital é residente”, “não havia exploração colonial”. Então, o que é a separação e a independência senão o acaso de que a Corte veio para cá ou, então, no limite, é o projeto português de criar uma grande nação. Esta é a interiorização da metrópole. A história já começou com Cabral vindo aqui com a idéia de criar uma grande nação. Eu entendo que o Brasil se tornou uma nação e se organizou como Estado por causa da crise do Sistema colonial que engendrou tensões que podem chegar a rupturas, que são encaminhadas de uma ou outra maneira, politicamente. Eles entendem que é foi o acaso, que não há sentido na história. Aliás, Valentim Alexandre diz que eu sou um marxista ortodoxo que acha que a história tem sentido, quando a história não tem sentido. Ele acha que dizer que a história tem sentido é ser determinista, determinismo econômico, mas não se trata disso. Na realidade - é muito curioso que o livro dele chame-se “O sentido do Império” - o que nós estamos dizendo é: qual é a compreensão desse processo que é mais aceitável, que convence mais? O Brasil é um estado nacional resultante da crise do sistema colonial na especificidade deste segmento do sistema que era as relações Portugal-Brasil. Essa é minha visão. Fui explicitando cada um desses pontos, mas só cheguei até 1808, na minha análise. Ora, qual é a explicação do ponto de vista da interiorização da metrópole, no sentido do Império? Foram erros de percurso, estava tudo dando certo. Não fora Napoleão invadir, D. João VI vir para cá e gostar daqui, não queria voltar, isto é um erro de percurso; são os erros da história. Qual é a explicação mais convincente? Vamos deixar aos leitores. Vamos ver a que dura mais.

3. *O professor considera que a divulgação anterior e em separado do capítulo sobre a estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial acabou por encobrir outras passagens relevantes de sua obra como, por exemplo, o item que trata da “defesa do patrimônio”?*

Bem, eu acho que esse segundo capítulo “Estrutura e dinâmica do Sistema Colonial” tem uma certa autonomia. Esse foi o motivo pelo qual eu o publiquei, na coleção do CEBRAP, em uma primeira

edição antecipada. Isso teve conseqüências. Depois foi reeditado, teve várias edições. Uma das conseqüências - apesar das boas conseqüências resultantes em maior divulgação - é que algumas pessoas ficaram nesse capítulo, não leram a obra completa, sobretudo os não historiadores. Os debates suscitados, na sua maior parte, dizem respeito ao segundo capítulo.

Na realidade, o segundo capítulo, eu costumo dizer, que não é bem de história. História está no primeiro, no terceiro e quarto capítulos, porque só chegamos a fazer história quando reconstituímos acontecimentos, conjuntos, processos. O segundo capítulo é analítico, ele procura dar uma base para a reconstituição que se segue. O meu problema como de todo historiador brasileiro, é entender o nascimento do Estado Nacional, o que é esse negócio de Brasil, o que tem de específico na nossa história. Para entender isso, eu precisava entender a colonização. Para entender a colonização é que eu procurei um conceito abrangente, não só da colonização portuguesa no Brasil, mas da Colonização Moderna em geral. O sistema colonial é um conceito que procura abranger, procura dar conta da Colonização Moderna. Eu não vejo bem, não entendo bem quando vejo pessoas escreverem Sistema Colonial Português, Sistema Colonial Inglês. Não existe Sistema Colonial Português. Do meu ponto de vista, Sistema Colonial é um conceito e, portanto, é uma abstração que procura dar conta desse objeto amplo para depois situar a colonização portuguesa. Da mesma forma que a noção de Crise do Sistema Colonial é um conceito amplo, ligado ao primeiro, para poder entender a maneira pela qual esta colonização especial, a colonização portuguesa na América e, portanto, a colônia, isto é o Brasil e a metrópole portuguesa se inserem no contexto do Sistema Colonial na época da crise, para poder entender o nascimento do Brasil. Essa é a *démarche* teórica: eu parto, no primeiro capítulo, de um panorama de como Portugal e Brasil se inserem nas relações internacionais do século XVIII, faço um mergulho, uma análise da estrutura do Sistema Colonial, para entender a sua crise e depois volto à crise como ela se manifesta nas relações entre Portugal e Brasil e como é encaminhada essa crise pela política portuguesa, pela política colonial portuguesa, essa é a *démarche*. O fato de o capítulo ter sido mais lido que os outros, deu lugar a que o capítulo em primeiro lugar fosse entendido como uma análise do escravismo

moderno, o que não é. É uma análise do Sistema Colonial do qual o escravismo moderno é apenas uma parte, é um item. Isso deu lugar a uma série de debates. Eu diria que é possível juntar os debates em três núcleos. Um que é sobre a natureza do escravismo moderno; acoplado visceralmente com esse debate sobre a natureza do escravismo moderno está a natureza, o grau de análise marxista da história, em que medida a minha análise é uma análise marxista. Esse é o debate, por exemplo, mais acentuadamente o debate com Jacob Gorender, também com Ciro Cardoso, quer dizer, é a análise marxista do modo-de-produção escravista, esse é um lado. Outro lado do debate, é a respeito do desenvolvimento do mercado interno, sobretudo com os historiadores de Niterói e do Rio de Janeiro, que em outros estudos mais recentes mostram o desenvolvimento da crise, o desenvolvimento do mercado interno - são muito bons os estudos - desde o século XVII, como sendo uma negação da análise da economia colonial. Esse segundo grupo de discussões eu diria que são as discussões sobre a economia colonial, sobre as características da economia colonial. Há um terceiro grupo, que diz respeito à crise do sistema colonial, ou à própria existência do sistema colonial. Como os historiadores portugueses que contestam a crise do sistema colonial, contestam a independência e a separação da colônia em relação à metrópole como sendo o produto, a forma de encaminhar a crise do Sistema Colonial, são os historiadores, por exemplo, como Valentim Alexandre, Jorge Pedreira e outros. Então, são três grupos, essas três questões levantadas são importantíssimas, são magnas questões, elas estão relacionadas entre si. Eu acho que o simples fato de ter provocado esse tipo de debate já é um mérito e confirma o que eu disse na primeira resposta que é esse meu gosto pela releitura do próprio texto.

4. *Bem recentemente, vimos a idéia de Império Português, de Interiorização da Metrópole recuada para um período bem anterior à vinda da Família Real para o Brasil, buscando suplantam a noção de pacto colonial, do exclusivo metropolitano. Como o professor vê esse debate?*

Fernando Novais: Bom, essa idéia da interiorização da metrópole está ligada àquelas três vertentes do debate a que me referi porque é

uma forma, digamos, alternativa, de entender o processo de separação da metrópole e, portanto, de constituição da Nação e do Estado Brasileiro. Em primeiro lugar, eu quero dizer o seguinte: a minha análise procura entender a separação com relação à metrópole e a formação do Estado Nacional como sendo uma maneira de encaminhar a crise do Sistema colonial. Não uma maneira necessária, mas uma das maneiras possíveis porque foi ela que se concretizou historicamente. Não quer dizer que isso estivesse nos desígnios, tivesse obedecido a uma determinação econômica, ou divina ou natural, nada disso; o que nós podemos fazer em história são certas aproximações na reconstituição. Essa é uma maneira de tentar entender como isso se passou. A verdadeira discussão, o verdadeiro critério para saber qual é a melhor maneira de entender isso, de entender o Brasil, portanto, não é ver se é ortodoxamente marxista ou não, é ver entre as maneiras de entender, qual é a que satisfaz mais, qual é a que dá mais conta do objeto, é simplesmente isso. Eu estou convencido de que a minha maneira é boa e é mais convincente que as outras. Por que a interiorização da metrópole, me parece, uma idéia equivocada? Em primeiro lugar, ela paradoxalmente pressupõe a idéia de Sistema Colonial, ao qual ela se apresenta como sendo uma alternativa, uma negação, mas ela o pressupõe. Se há interiorização da metrópole é porque há metrópole e colônia, isto é, há os dois pólos do sistema. A diferença está em dizer que foi a metrópole que se interiorizou e não foi a colônia que se exteriorizou. A forma pela qual Portugal e Brasil viveram a crise do Sistema Colonial, com a vinda da Corte, cria, a meu ver, a ilusão de que não foi a colônia que saiu da metrópole, foi a metrópole que entrou na colônia. Isso é uma ilusão. Isso, para citar um trecho do Caio Prado Júnior, na *Formação do Brasil Contemporâneo*, eu acho que é ficar na superfície dos acontecimentos, sem penetrar na profundidade das estruturas. Em história sempre há continuidade e ruptura. Continuidade está no nível dos acontecimentos, como a vinda da Corte, Proclamação da Independência etc. O que seria, no nível dos acontecimentos, uma ruptura em história? Seria toda a humanidade desaparecer durante um tempo, voltar a aparecer depois.

No nível dos acontecimentos há sempre continuidade. A ruptura se dá no nível das estruturas. São essas as questões. Como é que você estabelece mediações na reconstituição dos processos, dos

eventos, como é que você estabelece mediações entre estrutura e acontecimento? Isto é extremamente difícil, isto não tem regra fixa, como se fosse um jogo, não tem leis determinadas, pré-determinadas, isso é o exercício de cada um, é o exercício do historiador. A minha diferença em relação aos que pensam que não existe distinção entre estrutura e acontecimento é a de que, para mim, isto é explícito, enquanto eles querem negar esta distinção. A questão da interiorização da metrópole remete a outras questões: à definição de economia colonial, à definição do escravismo, à questão da independência, da separação.

5. *Há teóricos que argumentam que a globalização, ao contrário de ser um fenômeno recente, na verdade pode ser datado dos séculos XV, XVI, com a Economia Mundo. O Professor concorda com esses teóricos?*

Essas questões da economia mundo depois da obra de Imanuel Wallerstein e, sobretudo na senda da obra dele, provocou debates intermináveis que continuam cada vez mais. Há uma série de loucuras a respeito disso. Há teóricos que dizem que o primeiro sistema global é o do Egito, outros que já aconteceu na pré-história, outros no século XV. Eu acho que são delírios, sobretudo das Universidades Americanas e européias. Está muito na moda, na Europa, a discussão a respeito do papel da colonização e do imperialismo como fatores importantes para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, para a formação da Revolução Industrial, por exemplo. É claro que há uma má consciência na Europa por ter explorado o mundo e os historiadores querem provar, com estatísticas às vezes mirabolantes, que não houve exploração do mundo, pelo contrário, que a colonização deu prejuízo para eles. Isto é muito divertido, eu acho isso tudo uma questão de modismo. É claro que não há uma integração econômica antes da economia capitalista de mercado; há relações econômicas. Uma coisa é economia mundo, outra coisa são impérios. Não há uma integração econômica na Antigüidade, na pré-história, isso não é a mesma coisa que uma economia mundo. Realmente, eu acho que a partir da modernidade, dos séculos XV e XVI, começa a se esboçar uma economia mundo, uma economia de mercado, que se completa nos

dias que nós estamos vivendo. É isso que se chama globalização. A natureza dessa situação atual, se se trata da fase do pós-imperialismo, se se acentua o caráter capitalista ou se o capitalismo já não significa nada, depende da maneira pela qual você entende o que é globalização, se é a exacerbação do imperialismo ou se é a superação do imperialismo, que resultam da sua posição política em face das políticas neoliberais atuais. Quanto ao debate histórico, se começou na pré-história, no Egito ou na Caldéia eu acho que é uma coisa que devemos acompanhar. Alguns estão, como o próprio Wallerstein ligou-se com físicos, matemáticos, utilizando a teoria dos jogos para dar explicações nesse sentido. Eu confesso que tenho alguma nostalgia dos bons tempos em que se discutia coisas mais sérias. Acho também que há uma ligação entre esses delírios e o fato de que os historiadores começam a estudar questões tópicas, em vez de estudar os grandes problemas. Há uma ligação entre essas coisas.

6. *Do livro De Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema ao livro História da Vida Privada no Brasil, pode-se dizer que a busca das grandes sínteses cedeu espaço a abordagens mais pontuais, mais específicas? De que maneira, a produção historiográfica em termos de história privada, verticalizada, localizada, encaminha a historiografia para novas sínteses, ou seriam processos antagônicos? E, por fim, quais são os grandes debates historiográficos na atualidade? É possível identificar as tendências historiográficas para os próximos anos?*

Quando da publicação da *História da Vida Privada* desde o primeiro volume várias vezes eu fui interrogado a respeito disso, como que eu tinha participado daquela obra, organizado a coleção, como que eu, sendo um historiador marxista, “entrei nessa história”, como diziam alguns jornalistas. Tentei explicar, da maneira melhor possível, essa questão. Vamos tentar sistematizar. Evidentemente há, nos dias que correm, o que se chama “crise dos paradigmas”. Essa crise dos paradigmas do pensamento contemporâneo é, sobretudo, da filosofia, das ciências e, principalmente, das ciências humanas. É claro que a história participa disso. Mas participa de uma maneira peculiar. Se nós tomarmos a sociologia, a antropologia e a ciência

política, deixando de lado a filosofia, a maneira como a chamada crise dos paradigmas se apresenta é por meio de um intenso debate teórico. Na História aparece na abertura de novos temas. O que se poderia considerar o "manifesto" da Nova História, isto é, o *Faire de l'Histoire*, tem três volumes: *Novos temas*, *Novas abordagens*, *Novos problemas*. Dos três, o mais interessante é *Novos temas*. *Novas abordagens* não tem nada de novo, porque história não é uma matéria teórica. A maneira como a história enfrenta a crise das explicações é procurando novos temas. Em vez de estudar sistema político, partido, revoluções, sistemas econômicos, vamos estudar os humores, os amores, as sensibilidades. Mudam-se os temas. Há alguma coisa na história que a distingue das outras ciências. Claro que há alguma coisa em comum. Em antropologia, em sociologia abandonaram-se as explicações globais, houve uma certa "regionalização", houve um empobrecimento no sentido de recortar temas menores, uma dúvida sobre a capacidade de dar explicações globais. Do ponto de vista pessoal, *Portugal e Brasil* é um livro publicado em 1979 mas que foi escrito nos anos 60 e começo dos anos 70 - a tese foi defendida em 1973 - portanto é uma obra do período anterior a essa crise. *A História da Vida Privada* de que participei, fui coordenador geral, é um produto típico da Nova História. A minha participação significa sim a minha postura em face desse problema. Primeiro, há no Brasil - ainda que não apenas no Brasil, mas aqui isso é mais acentuado - a idéia de que, sobretudo em história, essa crise dos paradigmas, chamados paradigmas pós-modernos, é uma crise do racionalismo moderno, da crítica do sentido, e se apresenta como sendo uma crise do marxismo porque, sobretudo em história, o racionalismo e o cientificismo se apresentavam como marxismo. Marxismo é sinônimo de ciência da história. Essa é a versão soviética: é a ciência da história. Na realidade, o marxismo é uma teoria da história. Não é a ciência da história, é uma teoria da história. Pelo menos é como Marx pensava. A minha postura, então, sempre foi, outra, eu já tinha uma postura heterodoxa dentro do marxismo, o que aparece nas polêmicas. Há várias polêmicas a respeito de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* que diz respeito ao caráter da análise, se é marxista ou não, a polêmica com Gorender é essa. O Gorender diz: "você não pode fazer a análise de um modo-de-produção se não a partir das

relações de produção”. Eu, de fato, não parto da análise das relações de produção, parto do movimento do capital comercial, é diferente, porque eu acho que esse modo de produção colonial é diferente dos outros e é isso que o caracteriza, você não pode analisá-lo como os outros, porque Marx não é um modelo, o *Capital* não é um modelo para analisar qualquer modo de produção. O *Capital*, o livro, é uma análise do sistema, do modo-de-produção capitalista - nem é do capitalismo, é a análise desse modo-de-produção. Outros modos-de-produção devem ser analisados sob outros ângulos, de outras maneiras. Eu acho que o sistema colonial é uma maneira. Bom, já tinha uma posição heterodoxa. O próprio grupo de leitura do *Capital* nasceu - o Roberto Schwarcz tem um ensaio muito bom sobre isso - da insatisfação de professores universitários que eram de esquerda, que estavam insatisfeitos com duas coisas: com o marxismo ortodoxo soviético e com o fato de não se discutir Marx na Universidade. Então resolveram fazer uma leitura de Marx com critérios acadêmicos, que é o que o Gianotti dizia: “Nós temos que ler o texto do Marx como um texto filosófico”, isto é, um texto que exige conversão ao texto. É preciso se ler Marx como se lê Descartes, como se lê Kant, como se lê Aristóteles. De outro lado, eu entendo que os historiadores, marxistas ou não, não devem ver a Nova História como algo contra, embora a *Nouvelle histoire* se apresente como alternativa, contra o marxismo, em alguns casos. O único exemplo de historiador que tem essa postura de diálogo é o de Vovelle que escreveu *Ideologia e Mentalidades* que é um livro que expressa essa postura, onde ele formula, eu acho que de uma maneira muito boa e muito clara, a seguinte questão: “Por que os novos temas exigem novos conceitos? Isso é um pressuposto dos novos historiadores. Nada prova que eu não possa analisar a sensibilidade artística ou a vida erótica com o conceito de ideologia. É necessário demonstrar que não se pode. Mas, se não pode, então há que inventar outros conceitos. A idéia dos novos historiadores é a que não se pode ter conceito nenhum, você só tem que narrar ou descrever. A minha postura sempre foi a de que se deve dialogar com as novas tendências. A História da Vida Privada foi um esforço nesse diálogo, de mostrar as conexões, apesar de não ser uma obra totalmente realizada, há coisas ali que se aproximaram muito. Por exemplo, o capítulo sobre a solidão, que a Laura escreveu no primeiro volume, é

uma coisa original que estabelece a relação entre o tipo de colonização e a história da privacidade. Algo diferente da história da vida privada em geral que estuda a solidão nos mosteiros. Aqui, o sentido de solidão não é a dos mosteiros que é um tipo de solidão procurada, desejada, é no sentido de isolamento, do sujeito perdido no mundo; isolado, pouca gente, de distanciamento, de desterro. Tudo isso foi feito, eu acho que é um passo à frente.

Agora, como é que eu vejo que vai evoluir, aí é difícil opinar. O historiador não faz previsões. Eu tenho, evidentemente, as minhas idiossincrasias. Nós estamos começando a viver um momento de cristalização que no caso significa não a volta à síntese, é de estabelecer diálogo, conexões. Também entendo que, do ponto de vista do marxismo, haverá uma volta a Marx e isso é uma observação que também foi feita pelo Roberto Schwarcz, que eu acho corretíssima: se a globalização, a queda do muro de Berlim significaram a derrocada do comunismo e significaram a vitória do capitalismo, quanto mais isso avançar é só dar tempo ao tempo que Marx volta à tona, porque quem entende de capitalismo chama-se Karl Marx. Isso, até os economistas neoclássicos sabem. O Marx pode ser criticado na análise das previsões que fez a respeito do socialismo, isso é criticável. Ele não era profeta, embora seu pensamento e a sua escritura tenham tom profético óbvio, é inútil negar. Mas também os economistas afirmavam que deixando a economia sem nenhuma interferência ia haver o pleno emprego, o desenvolvimento, a riqueza, a “mão divina”, escondida, da providência. Marx estudou a crise. Precisou vir a crise de 29 aí começaram a estudar a teoria da crise que está prevista em Marx desde o começo. No início de outubro de 29, os parâmetros de Harvard diziam: tranquilidade no mercado, crescimento, mas estourou a “quinta-feira negra”. Aí, voltaram-se para as teorias da crise, aí veio Keynes. Então, quem entende de capitalismo é o Marx. Quanto mais o capitalismo se implantar em todo o mundo maior deve ser a volta de Marx. Eles estão enterrando Marx de forma apressada e o seu retorno terá repercussões na história. Aliás, é muito engraçado: quanto mais o sujeito foi marxista ortodoxo, mais ele “pula a cerca”, ele fica um violento antimarxista. Na edição brasileira do livro do Fontana, de historiografia, o João Manoel fez uma

“orelha” na qual disse isso. Aliás, um estudo de história da história tem esta grande vantagem: demonstrar que as escolas historiográficas se sucedem e há um certo movimento, há uma certa tensão entre, de um lado, reconstituição, narração, arte; de outro o lado da análise, o lado ciência da história. Em determinados momentos, nos anos sessenta, você não podia falar em fatos e datas. Eu dei aula nas ciências sociais nessa época e lá essa tendência era evidente. Hoje, se você começar a falar em estrutura o sujeito não quer nem escutar. Ninguém garante que em 2020 o pessoal não estará falando novamente de estruturas. Mas há um enriquecimento nessa dialética. É essa a dialética que se pode prever, é o máximo que se pode prever. Isso vai demorar? Não sei. Eu gosto muito da produção da Nova História. Pode ser polêmica, às vezes mais bonita do que boa, como acho alguns livros da “Velha História” ilegíveis. Os livros, por exemplo, da *New Economic History*, são ilegíveis, e não trazem nada de novo. A *Contrafactual History* americana é uma coisa insuportável, totalmente insuportável, aquilo morreu, acho que não vai aparecer mais. Ainda há alguns americanos que ficam fazendo esse tipo de história mas são uns tecnocratas. Acho que já falei demais...

Mariana, março de 2001.

ARTIGO*M. I. Rostovtzeff e uma Arqueologia Nacionalista do Sul da Rússia –
ou dos usos ideológicos da Narrativa de Heródoto**

Fábio Adriano Hering**

Doutorando em História- UNICAMP

I. A busca do passado histórico, segundo Díaz-Andreu, deve ser compreendida em sua presumida relação direta com o esforço de formalização, empreendido em finais do século XIX e inícios do XX, da moderna idéia de nação. Neste contexto, tanto a Arqueologia quanto a História teriam se empenhado na delimitação de versões do passado adequadas à promoção de determinadas identidades nacionais.¹ O modo como os pressupostos e os procedimentos específicos destas duas disciplinas em particular organizaram-se em favor desta mesma finalidade é o que pode ser observado, em uma certa medida, na obra *Iranians & Greeks in South Russia*, de M. I. Rostovtzeff.² Interessa, principalmente, investigar, na obra deste especialista, a confrontação levada a termo entre o texto do Livro IV de Heródoto e os registros materiais dos sítios do Sul da Rússia – exemplar acerca tanto das práticas de investigação do passado próprias do período quanto das utilizações ideológicas da narrativa de Heródoto.

II. Michael Ivanovich Rostovtzeff nasceu em 1870, na cidade de Kiev, na Ucrânia. De 1898 a 1918 foi professor de língua latina e de História Romana da Universidade de São Petersburgo, na Rússia.

** Aluno do Mestrado em História do IFCH/UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari.

¹ Díaz-Andreu, 1999: 162 e 163.

² Rostovtzeff, 1922.

Após a revolução de 1917, refugiou-se nos Estados Unidos da América, onde dedicou-se tanto à História Antiga quanto à Arqueologia. Suas obras mais conhecidas, *Social and Economic History of the Roman Empire*, de 1926, e *Social and Economic History of the Hellenistic World*, de 1941, são já desse período e foram originalmente vertidas em língua inglesa. *Iranians & Greeks in South Russia*, escrito na França e na Inglaterra, durante o período de exílio do autor, e publicado, também na América, em 1922, é um dos primeiros trabalhos que Rostovtzeff desenvolveu após ter deixado a recém fundada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.³ Uma série de artigos sobre este mesmo tema, publicados quando o autor ainda estava na Rússia, dão notícia das pesquisas levadas a termo por ele sob a chancela oficial e ideológica da Comissão Arqueológica Imperial.⁴ Nestes, o objetivo é apresentar e discutir os registros materiais e o contexto arqueológico e histórico do Sul da Rússia. As civilizações clássicas e as relações que estas mantiveram com os outros povos, nos diferentes períodos, é, *grosso modo*, o ponto de foco de seus estudos.

A Arqueologia Russa, do período czarista, desenvolveu-se, principalmente no que tange à produção dos séculos XIX e inícios do XX, como uma atividade patrocinada e controlada pela Coroa Imperial.⁵ A Comissão Arqueológica, responsável tanto pela concessão de licenças para escavação em terras públicas quanto pela salvaguarda dos achados arqueológicos, foi fundada, em 1859, em resposta ao rápido desenvolvimento da Arqueologia naquele século: da mera escavação em busca de obras de arte e objetos de valor a um crescente número de pesquisas, publicações, museus, associações e congressos arqueológicos.⁶ As escavações tanto dos sítios gregos, das costas setentrionais do Mar Negro, quanto dos túmulos citas, das regiões das estepes do Sul da Rússia, representavam, neste contexto, parte significativa das atividades arqueológicas oficiais. Em um certo sentido, os estudos clássicos, antes de a Revolução de Outubro de 1917 pôr abaixo as estruturas materiais e ideológicas oriundas do

³ Bertelli *et alli*, 1965: 1031.

⁴ Como se pode depreender das referências bibliográfica constantes em Rostovtzeff, 1922: 223-238.

⁵ Dolukhanov, 1995: 327.

⁶ Trigger, 1994: 208-210.

governo imperial, servia à crença de que os russos em geral – os pretensos líderes espirituais do mundo cristão-ortodoxo – eram os supostos herdeiros orientais do Império Romano.⁷

Funari lembra que a criação e a valorização de uma identidade nacional, constituída por meio da preservação de uma certa memória e a partir de uma determinada visão de mundo, relaciona-se, não poucas vezes, com a investigação sistemática do passado.⁸ De acordo com este estudioso, os artefatos e seus respectivos contextos arqueológicos, referentes a uma cultura extinta, ao serem reintroduzidos pelo arqueólogo em uma sociedade viva, passariam a possuir novas funções e a exercer mediações no interior das relações sociais em que foram inseridos.⁹ Os discursos acerca do passado, então, construídos seja a partir de documentos escritos ou de registros materiais, deveriam ser compreendidos em sua natureza instrumental, assumindo-se seu “caráter historicamente condicionado”.¹⁰ A construção e a legitimação de determinadas identidades culturais coletivas, em um nível tanto teórico quanto prático, seria, assim, um dos principais papéis tanto da Arqueologia¹¹ quanto da História. A partir dessa perspectiva, quando Rostovtzeff diz ter como objetivo “dar forma a *uma História das terras do Sul da Rússia*, desde os tempos pré-históricos até a época das migrações”, buscando enfatizar “as contribuições que aquela região trouxe para a civilização humana de uma maneira geral”,¹² deve-se ter em conta que não apenas questões de ordem prática e metodológica mas também, se não principalmente, político-ideológica motivaram de forma particular seu trabalho.¹³

III. Pode-se dizer que Rostovtzeff busca afirmar, em sua obra, entre outras coisas, que o Sul da Rússia, principalmente as regiões próximas dos grandes rios que correm para o Mar Negro, haveria se caracterizado pela existência de uma cultura singular, da qual a

⁷ Dolukhanov, 1995: 327-328.

⁸ Funari, 1988: 69-72.

⁹ Funari, 1988: 24 e 25.

¹⁰ White, 1994: 41.

¹¹ Jones, 1997: 1.

¹² Rostovtzeff, 1922: VII.

¹³ Funari, 1988: 76.

Europa teria sido tributária.¹⁴ De maneira distinta da maioria dos estudiosos, helenistas como Ellis H. Minns¹⁵ e E. von Stern¹⁶, que apenas atribuem, por virtude da influência grega que teriam sofrido, um valor relativo às populações nativas, Rostovtzeff assinala, por sua parte, o caráter preponderantemente Oriental das culturas que lá se desenvolveram. Tal não significaria, de acordo com ele, negar “a importância das influências gregas”, mas não desconsiderar que o “Sul da Rússia sempre foi, e permaneceu sendo mesmo durante todo o período grego, uma terra Oriental”. O que poderia ser compreendido como uma “tentativa de helenizar as estepes do Sul da Rússia”, resultado da colonização helênica do Mar Negro a partir do século VIII a.C., não teria sido, para Rostovtzeff, tão bem sucedida quanto “a tentativa de orientalizar o mundo semi grego” estabelecido naquela região.¹⁷ Os povos nômades de origem oriental, que invadiram as planícies da Eurásia por volta do século VIII a.C., dominando as populações autóctones, é que teriam imposto uma marca cultural distintiva ao largo corredor das estepes.

Os citas, devido talvez à maior quantidade disponível de documentação escrita e material, são, na opinião de Rostovtzeff, os protagonistas do que seria o longo e profícuo intercuro cultural entre a Grécia e o Oriente. Senhores das estepes, no período entre os séculos VI e III a.C., eles teriam consolidado uma espécie de “Estado de base feudal”, governado por uma “elite” de tipo militar, herdeira direta dos conquistadores nômades e comandada por um rei ou chefe militar.¹⁸ Estabelecidos sobre os vestígios tanto da civilização cimérica quanto das culturas neolíticas locais,¹⁹ das quais teriam incorporado vários elementos, ter-se-iam transformado, pouco a pouco, em sedentários.²⁰ Assim, o que fora originalmente uma cultura nômade seria então, no período analisado, um Estado híbrido,

¹⁴ Rostovtzeff, 1922: 7.

¹⁵ A obra citada pelo autor é: MINNS, E. L. *Scythians and Greeks*, Cambridge: Cambridge University Press, 1913.

¹⁶ A obra citada pelo autor é: STERN, E. von, “Die Griechische Colonisation am Nordgestade des Schwarzen Meeres im Lichte Archäologischer Forschung”, *Klio* IX, s/d., 139ff.

¹⁷ Rostovtzeff, 1922: VIII e IX.

¹⁸ Rostovtzeff, 1922: 41 e 43.

¹⁹ Rostovtzeff, 1922: 15.

²⁰ Bosch-Gimpera, 1989: 215.

possuidor de uma extensa rede hierárquica, que cuidaria da exação de tributos sobre as áreas de base agrícola e que manteria estreitas relações comerciais com as colônias gregas do Mar Negro. De acordo com Rostovtzeff, as escavações levadas a termo em Panticapeum, Phanagoria e Hermossa teriam demonstrado que, por força desta intensa troca comercial, teria tido lugar não apenas o florescimento, a partir do século VI a.C., do Estado Cita no Sul da Rússia, mas, também, o das colônias gregas do Mar Negro.²¹ Tyras e Olbia, por exemplo, colônias milésias que se instalaram na foz dos rios Dniester, Bug e Dnieper, desfrutaram de uma pacífica prosperidade, dedicando-se à pesca e servindo-se das grandes rotas comerciais que traziam do coração da Cítia: escravos, peles, âmbar, trigo, entre outros produtos e matérias-primas. Vendo com bons olhos a criação de novos portos para desembarcar seus produtos e apreciando o tributo que as colônias gregas lhes pagavam, assim como os artigos que estas lhes forneciam (vasos cerâmicos, jóias, armas, vinho, azeite, etc.), os citas também não obstaram, argumenta Rostovtzeff, a fundação de uma série de outras colônias na região do Bósforo Cimeriano, entre o Mar Negro e o Mar de Azov.²² Tais colônias, de uma maneira geral, teriam levado a termo não apenas trocas comerciais mas também intercâmbios culturais com os bárbaros, perceptíveis na forma de um dualismo, identificável tanto nos costumes religiosos quanto na cultura material de citas²³ e, principalmente, de gregos.²⁴

O fato de os citas terem mantido, por cerca de quatro séculos, um inter-relacionamento de quase mútua colaboração com os gregos se deve, para Rostovtzeff, entre outras coisas, ao caráter particular de sua herança cultural e étnica. Sendo iranianos, argumenta ele, “sempre temeram o mar e nunca foram e nunca quiseram se tornar navegadores” e apenas por motivos de ordem comercial e econômica é que “ansiaram por estar em contato com ele.”²⁵ Segundo o autor, as evidências constantes do Livro IV de Heródoto, no que se refere à religião cita, confirmadas pela

²¹ Rostovtzeff, 1922: 43 e 44.

²² Rostovtzeff, 1922: 63-65.

²³ Rostovtzeff, 1922: 52 e 65.

²⁴ Rostovtzeff, 1922: 72 e 73.

²⁵ Rostovtzeff, 1922: 44.

Arqueologia”, “as evidências lingüísticas, fundadas nas poucas palavras citas transmitidas a nós pelos gregos” e as evidências materiais de sua arte, no que ela teria de similar com a dos persas, não deixariam dúvidas de que as tribos citas do Sul da Rússia seriam um povo de extração iraniana.²⁶ Ao desembaraçar, dessa maneira, o que seria o “problema da nacionalidade dos povos citas”, Rostovtzeff está adicionando elementos para o argumento central de seu livro, a saber: que na “civilização que os sármatas, os godos e os hunos levaram consigo para a Europa Ocidental (...), os elementos gregos, ocidentais e nórdicos”, diferentemente daqueles de origem iraniana, seriam “de importância não mais que secundária”.²⁷ Tal proposição, como se verá, tem fortes motivações nacionalistas e, propõe-se, pelos argumentos que o autor relaciona em seu favor, paga tributo aos paradigmas arqueológicos europeus do período em questão.

IV. Desde 1816, segundo Bosch-Gimpera, quando Bopp²⁸ reconheceu o parentesco das distintas línguas indoeuropéias, tanto da Ásia quanto da Europa, que se tem buscado associar determinados povos pré e proto-históricos, supostos antepassados ilustres e matrizes fundadoras dos grandes grupos étnicos europeus, com os Modernos Estados Nacionais.²⁹ Tais práticas de investigação tiveram ocasião em inícios do século XIX quando, no curso do desenvolvimento do nacionalismo e do romantismo, de acordo com Kluckhohn, tendeu-se a se considerar que cada língua seria a manifestação tangível da originalidade e da particularidade de cada cultura e de cada grupo étnico específicos.³⁰ A Filologia histórica, neste contexto, como lembra Funari, desenvolveu os modelos de tronco e de famílias lingüísticas, favorecendo a idéia de que a suposta língua original indoeuropéia teria uma essência que permaneceria inalterável mesmo sob a influência de contatos históricos. A Arqueologia do período desenvolveu-se, para esse

²⁶ Rostovtzeff, 1922: 59 e 60.

²⁷ Rostovtzeff, 1922: IX.

²⁸ A obra citada pelo autor é: BOPP, F. *Über das Conjugationssystem der Sanskrit Sprache im Vergleich mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprachen*. Frankfurt a. M., 1816.

²⁹ Bosch-Gimpera, 1989: 9.

³⁰ Kluckhohn, 1951: 170.

especialista, sobre essas bases, buscando traçar a evolução dos diferentes grupos étnicos – associados a um paradigma lingüístico identificável historicamente – por intermédio da seleção e da análise sistemática da sua respectiva cultura material.³¹ O modelo de explicação difusionista, que atribuía ao registro arqueológico as mesmas expectativas que o evolucionismo biológico depositava na espécie humana, e que pensava que fatores históricos influenciariam na evolução da cultura material, foi, de acordo com Trigger, de fundamental importância para a evolução da investigação arqueológica de então.³² Os arqueólogos escandinavos e centro-europeus buscavam, nesse contexto, delinear uma analogia explícita entre os inúmeros achados arqueológicos de características distintas, circunscritos a um território geograficamente bem delimitado, e os seus supostos grupos étnicos correspondentes. Tal preocupação, ainda segundo Trigger, é o que teria motivado a Arqueologia dos séculos XIX e XX a desenvolver o conceito de cultura,³³ que, significando, no vocabulário dos especialistas, tanto os objetos materiais quanto a totalidade dos costumes, conhecimentos, crenças e outras capacidades adquiridas e transmitidas de geração para geração, era tomada como praticamente um sinônimo para a idéia de civilização.³⁴

Uma série de preocupações de ordem étnica e histórica, segundo Trigger, é que teria levado os arqueólogos a explorarem a relação entre a distribuição geográfica dos registros materiais e os seus respectivos grupos históricos.³⁵ A influência da “escola romântica alemã de pensamento histórico”, segundo Dolukhanov, fora, nesse contexto, determinante para que o conceito de cultura, circunscrito ao âmbito não apenas dos arqueólogos, frutificasse em algo equivalente à “emanação do espírito de uma nação”.³⁶ A imensa carga ideológica de tal relação teria sido, de acordo com Trigger, de extrema utilidade para o discurso nacionalista do século XIX, como se pode perceber no caso da unificação da Alemanha, quando a

³¹ Funari, 1999: 162-164.

³² Trigger, 1994: 158 e 160.

³³ Trigger, 1994: 161 e 162.

³⁴ Trigger, 1994: 162-163.

³⁵ Trigger, 1994: 150.

³⁶ Dolukhanov, 1995: 329.

Arqueologia, alimentando um forte sentimento de identidade étnica, deu forma material ao orgulho do povo germânico.³⁷ O marcado tom nacionalista, por vezes racista, que a Arqueologia alemã acabou adquirindo deve-se, segundo Jones, ao trabalho do filólogo e pré-historiador alemão Gustaf Kossinna (1858-1931), que propôs, entre outras coisas, que a Arqueologia seria uma “disciplina prévia e eminentemente nacional” voltada, já no período do entre guerras, à “reconstrução da terra natal do povo germânico”.³⁸ Sua obra a respeito da origem dos germanos,³⁹ segundo Bosch-Gimpera, tivera como argumento central a idéia de que aquele povo, antepassado dos alemães modernos, seria o descendente direto do núcleo originário indo-europeu, localizado, para o autor alemão, nos territórios da Escandinávia Meridional e do Norte da Alemanha.⁴⁰ Os desenvolvimentos ulteriores da Arqueologia nacionalista alemã influenciada pela obra de Kossinna, já sob o regime nazista, tornar-se-iam, segundo Jones, exemplos clássicos de manipulação do passado com claras finalidades político-ideológicas.⁴¹

O método de investigação de Kossinna, denominado de “arqueologia de assentamento”, dependia de dois princípios gerais: a idéia de que sítios arqueológicos bem definidos corresponderiam inquestionavelmente ao território de uma tribo ou de um povo específico; e a idéia de que se poderia tomar o passado proto-histórico (do qual se tem registros escritos) como o ponto de partida na identificação e no estudo da pré-história – o chamado método “etnohistórico retrospectivo”.⁴² A recorrência à autoridade da documentação textual tinha sido, já nos séculos XV e XVI, de acordo com Sommer, de extrema importância no processo histórico de identificação do povo alemão com os antigos germanos. Os humanistas do período, lembra esse autor, teriam recorrido ao tratado *Germania*, de Tácito, na tentativa de criar uma consciência nacional

³⁷ Trigger, 1994: 149.

³⁸ Jones, 1997: 2.

³⁹ A obra citada pelo autor é: KOSSINNA, G. *Die Herkunft der Germanen. Zur Methode der Siedlungsarchäologie*. Leipzig: Kabitzsch, 1911.

⁴⁰ Bosch-Gimpera, 1989: 20.

⁴¹ Jones, 1997: 2.

⁴² Veit, 1989: 37-39.

germânica.⁴³ Tal associação da cultura material de um grupo étnico pré-histórico a um grupo étnico historicamente documentado, que garantiria uma suposta linha de continuidade entre os dois períodos, fornecia a última variável do esquema lógico do paradigma “histórico cultural”: uma cultura material pré-histórica circunscrita a um território arqueológico bem delimitado corresponderia, necessariamente, a um povo e a uma língua identificáveis “em termos históricos”.⁴⁴

A maneira como tal relação serviu à fanática glorificação do povo alemão, por meio da alegação de que este seria o possuidor de uma cultura e de uma compleição física privilegiadas, herdadas diretamente de uma raça superior de traço indo-europeu, é bem conhecida.⁴⁵ Independentemente de todo esse exacerbado chauvinismo,⁴⁶ e respeitando-se as particularidades das tradições regionais e nacionais dos diferentes especialistas europeus, deve-se ter em conta que o mesmo paradigma que foi usado na Alemanha Nazista, de acordo com Jones, tornou-se a estrutura de investigação arqueológica mais influente do século XX.⁴⁷ As grandes sínteses da pré-história européia levadas a termo por Gordon Childe (1892-1957), por exemplo, podem ser consideradas, segundo esta autora, guardadas as devidas proporções, exemplos do estabelecimento da Arqueologia histórico-cultural fora da Alemanha.⁴⁸ Também os consideráveis avanços em teoria arqueológica na Rússia, levados a termo por Gorodtsov, como o desenvolvimento dos princípios da classificação tipológica do material arqueológico e a introdução do conceito de “cultura arqueológica”, não se deu, de acordo com Dolukhanov, sem alguma influência direta ou indireta da escola de investigação arqueológica alemã. A grande quantidade de material que os arqueólogos russos e ucranianos escavaram e publicaram naquele período, que haveria “mudado completamente o mapa arqueológico da Europa Oriental”, foi também classificada, analisada e interpretada, argumenta este autor, por intermédio do paradigma

⁴³ Sommer, 2000: 126.

⁴⁴ Funari, 1999: 164.

⁴⁵ Trigger, 1994: 164.

⁴⁶ Trigger, 1994: 167.

⁴⁷ Jones, 1997: 5.

⁴⁸ Jones, 1997: 16.

histórico cultural: pensando-se a “cultura arqueológica” como um reflexo da etnicidade do povo estudado.⁴⁹ Como se verá, o trabalho *Iranians & Greeks in South Russia*, de Rostovtzeff, mesmo tratando principalmente de povos situados em um período não tão afastado no tempo, também paga tributo ao paradigma histórico-cultural, do qual Kossinna é um dos representantes: principalmente por utilizar a autoridade dos registros materiais e escritos em favor da afirmação de um tipo específico de identidade cultural e étnica.

V. Boa parte do que se sabe a respeito do povo cita nos é relatado por Heródoto em parte significativa do quarto livro de sua obra. A confrontação de sua narrativa com os registros funerários escavados no Sul da Rússia, analisados por Rostovtzeff, é exemplar de um processo de construção de identidade que se sustenta no paradigma histórico-cultural. As escavações do vale do Kuban, segundo Rostovtzeff, feitas sob a direção de Nicolas Veselóvski, por volta de 1880, teriam trazido à luz “um grupo de túmulos que datavam do período compreendido entre os séculos VI e IV a.C. e “que forneceriam um paralelo quase exato com a descrição dos costumes funerários citas” constantes do livro IV de Heródoto.⁵⁰ Rostovtzeff, ao descrever tal contexto arqueológico argumenta que tal indicaria a prática de “um cerimonial (...) cruel, sangrento e luxurioso” que, em si, teria “pouco interesse histórico”⁵¹. Nas escavações do sítio de Ulski, como ele relata, teria sido encontrada uma longa trincheira na qual havia, em seu centro, uma réplica de uma cabana cita na qual repousaria um cadáver – supostamente de um chefe cita. Ao redor desta, encontrar-se-iam uma série de esqueletos de homens e mulheres ricamente adornados. Mais afastados, próximos dos limites da trincheira, os ossos de mais de cem cavalos, suportados por estruturas de madeira, estariam dispostos em uma ordem regular. Uma enorme quantidade de jóias, vasos e outros objetos de valor teriam também sido encontrados na tumba.⁵²

⁴⁹ Dolukhanov, 1995: 328 e 329.

⁵⁰ Rostovtzeff, 1922: 4.

⁵¹ Rostovtzeff, 1922: 49.

⁵² Rostovtzeff, 1922: 47 e 48.

Os detalhes enumerados por Heródoto, no que se refere à cerimônia funeral de um chefe cita, são os que seguem: o cadáver seria depositado em uma ampla sepultura escavada no solo. Em todo o espaço restante seriam fincadas estacas de madeira sobre as quais deitar-se-ia uma cobertura feita de madeira e de folhas de salgueiro. No espaço restante, seriam depositados todos os serviçais e as riquezas do soberano. Um ano após o sepultamento, abrir-se-ia a sepultura e se procederia a um rito sacrificial no qual 50 cavalos e 50 serviçais seriam estrangulados. Depois de passadas estacas pelos seus corpos, seriam depositados na fossa tumular: os cavalos sobre as quatro patas e os serviçais neles montados, como se cavalgassem.⁵³ Para Rostovtzeff, o registro arqueológico não chega a confirmar “cada detalhe da descrição do escritor grego”, mas nos daria a mesma pintura geral do funeral de um chefe nômade cita, proprietário de cavalos e de uma imensa riqueza em ouro e prata.⁵⁴ A recorrência à autoridade da narrativa herodotea, assim, da maneira que procede Rostovtzeff, permite identificar historicamente parte dos registros materiais escavados no Sul da Rússia, atribuindo-lhes o estatuto da identidade cultural cita.

A afirmação de que este povo, assim como os outros não gregos com eles relacionados, seria de origem iraniana busca também na narrativa de Heródoto alguma espécie de autoridade histórica. De acordo com Rostovtzeff, “a evidência lingüística fundada nas poucas palavras citas, transmitidas a nós pelos gregos, é de maneira alguma contrária” à essa hipótese.⁵⁵ Em favor desta tese o autor faz referência, principalmente, à obra *Deutsche Altertumskunde*, de Müllenhoff, de 1906.⁵⁶ Segundo How & Wells, que a analisam com certo rigor, o especialista alemão afirmaria que a análise dos “nomes (de divindades, rios e lugares) expressamente relacionados por Heródoto como sendo citas” haveria provado serem eles de origem ariana ou iraniana.⁵⁷ Assim, por meio da documentação histórica, Rostovtzeff pôde atribuir também uma singularidade étnica ao registro material analisado.

⁵³ *História* IV, 71-72.

⁵⁴ Rostovtzeff, 1922: 45.

⁵⁵ Rostovtzeff, 1922: 60.

⁵⁶ Como se pode ver no item III.1.c da bibliografia constante da obra de Rostovtzeff.

⁵⁷ How & Wells, 1989: 428.

VI. Como lembra Hartog, os citas são “o povo ao qual Heródoto” consagrou “a exposição mais longa de seu livro”⁵⁸, e pode-se adicionar a esta afirmação a de que nenhum outro historiador grego (do qual tenha sido preservado algum documento escrito) descreveu de maneira tão significativa qualquer outro que tenha habitado o Sul da Rússia. Além disso, das escavações efetuadas entre a região das estepes e as costas do Mar Negro, feitas de maneira sistemática principalmente a partir do final do século XVIII, quando a Ucrânia foi anexada pelo Império Russo, o material arqueológico relacionado com o povo cita, pelo que indica Trigger, só é comparável em número e representatividade ao das colônias gregas.⁵⁹ O Sul da Rússia, então, se constituiria em uma espécie de unidade espacial e temporal em favor da qual concorreriam a autoridade de duas espécies de documentação, o registro material e o texto escrito. A “confrontação entre *o que diz* o texto e *o que descobre* a Arqueologia”, naquela região, pôde, então, de acordo com Hartog, tornar “possível levantar as convergências (...) e avaliar a exatidão de Heródoto”: os encontros entre “texto e escavação”.⁶⁰ Tal confrontação, no caso de Rostovtzeff, busca em um certo sentido, “voltar-se em favor dos citas”,⁶¹ sendo a obra de Heródoto, assim como o registro material em questão, apenas uma espécie de ferramenta cultural,⁶² um artefato de discurso útil em uma estratégia argumentativa. A extração, descrição e classificação empíricas dos restos materiais daquela região, confrontáveis com um grupo étnico identificável historicamente, é o que teria permitido a Rostovtzeff construir um discurso de afirmação das identidades nacionais do Sul da Rússia.

A idéia de que o Sul da Rússia seria “de extração iraniana” e de que tal cultura teria decisivamente influenciado a idéia de civilização européia parece tomar, não de maneira declarada, um partido bem definido na acirrada polêmica acerca da origem das

⁵⁸ Hartog, 1999, 45.

⁵⁹ Trigger, 1994: 209.

⁶⁰ Hartog, 1999, 45 e 46.

⁶¹ Hartog, 1999, 47.

⁶² Tal termo é usado em um sentido análogo àquele sugerido em Bernal, 1994: 119-128.

povos indo-europeus. A filologia histórica, de acordo com Bosch-Gimpera, havia, já desde o século XVIII, identificado duas ramificações no “primitivo tronco indoeuropeu” (representadas pela sua maneira particular de formar a palavra *cento*): as línguas e povos *saten*, identificados com os indo-europeus orientais – indianos, iranianos e balto-eslavos; e as línguas e povos *centum*, identificados com os indo-europeus ocidentais – gregos, ítalo-celtas e germanos.⁶³ Alguns inclinavam-se a ver a matriz cultural e étnica que teria formado estes dois troncos lingüísticos nas terras férteis da Ucrânia ou nas estepes ao Leste do Don; outros, no vale do Danúbio ou no Norte da Europa.⁶⁴ Os filólogos alemães, ou pelo menos uma parte representativa deles, deixaram bem clara suas inclinações ideológicas e racistas ao cunharem o termo “indo-germânico” para designar a língua da qual teriam derivado todas as línguas superiores do passado europeu.⁶⁵ Rostovtzeff, da mesma maneira que J. L. Myres⁶⁶ e Childe,⁶⁷ ainda que não abandonando a idéia do arianismo, contrapunha-se à tese nórdica, propondo que a origem dos indo-europeus, como lembra Bosch-Gimpera, estivesse nas regiões do Sul da Rússia.⁶⁸ De uma certa maneira, tal afirmação, que tinha como objetivo ressaltar a importância daquela região como via de transmissão de uma cultura oriental de traço iraniano, buscava negar não apenas a visão romântica, “helenomaníaca”⁶⁹, de que os gregos representariam a “infância da civilização européia”,⁷⁰ mas, principalmente, ordenar argumentos em torno da idéia de que as origens do Estado Russo Imperial se localizariam nas margens do rio Dnieper, no território da atual Ucrânia.⁷¹ Para Rostovtzeff, da civilização que os russos teriam levado consigo quando os Mongóis e os Tártaros invadiram a região das estepes, aquela de traço greco-iraniano, de natureza comercial, é que teria sido mais importante na

⁶³ Bosch-Gimpera, 1989: 10.

⁶⁴ Bosch-Gimpera, 1989: 10.

⁶⁵ Bernal, 1991: 227.

⁶⁶ O autor se refere ao artigo de J. L. Myres para a primeira edição da *Cambridge Ancient History*.

⁶⁷ A obra citada pelo autor é: CHILDE, V. G. *The Aryans*. Londres, 1926.

⁶⁸ Bosch-Gimpera, 1989: 21.

⁶⁹ Bernal, 1991: 282.

⁷⁰ Bernal, 1994: 121.

⁷¹ Rostovtzeff, 1922:

posterior constituição do Império que se desenvolveu na região de Moscou. Tal herança é o que teria, mais tarde, tornado a Rússia capaz “de entrar na família das nações européias, mantendo suas próprias peculiaridades e seu próprio espírito nacional”.⁷²

VII. Jones argumentou, em *The Archaeology of Ethnicity*, que “o uso da Arqueologia na construção e na legitimação das identidades nacionais” é muito mais extensivo do que se tem geralmente considerado.⁷³ De acordo com esta autora, a confrontação que potencialmente pode ser feita entre as identidades culturais contemporâneas e a investigação arqueológica pode por a nu a natureza social e política do conhecimento que temos a respeito do passado.⁷⁴ Não se trata aqui de colocar em questão a validade das interpretações arqueológicas levadas a termo por Rostovtzeff. É consenso entre os especialistas que suas reconstruções da vida social e econômica das civilizações clássicas foram marcadas por uma enorme erudição;⁷⁵ e Momigliano já foi suficientemente justo ao se referir à “maestria com que ele usava os dados arqueológicos para fins historiográficos”.⁷⁶ Busca-se, neste ensaio, entretanto, mostrar que sua obra, como qualquer outro discurso sobre o passado, tem uma “natureza francamente política, de caráter nacional e étnico”.⁷⁷

O estudo do passado, dos registros arqueológicos e da massa documental das sociedades por ele analisadas, assumindo o que colocam Díaz-Andreu & Champion, deve ser compreendido de par com as motivações e com os interesses ideológicos próprios do estado nacional em que foi desenvolvido.⁷⁸ Seu estudo dos Citas e Gregos, portanto, não está, em medida alguma, dissociado da sua preocupação tanto de afirmar a especificidade do Estado Nacional do qual ele faz parte quanto de reclamar a ele um lugar “de direito” na ampla arena político-ideológica da Europa do início do século XX.

⁷² Rostovtzeff, 1922: 220-221.

⁷³ Jones, 1997: 6.

⁷⁴ Jones, 1997: 10.

⁷⁵ Bertelli *et alli*, 1965: 1031.

⁷⁶ Momigliano, 1984: 144.

⁷⁷ Jones, 1997: 10.

⁷⁸ Díaz-Andreu & Champion, 1996: 04 e 06.

Em um outro sentido, o presente trabalho buscou também explorar as implicações que o discurso da Arqueologia de finais do século XIX e inícios do XX de fato teve na constituição dos modelos explicativos da História, assim como investigar mais um exemplo de utilização ideológica do discurso de Heródoto.

Bibliografia Consultada:

- BERNAL, M. *Black Athena – The Afroasiatic roots of classical civilisation*. London: Vintage, 1991.
- _____. “The image of Ancient Greece as a tool for colonialism and European hegemony”. In BOND, G. C.; GILLIAM, A. (Ed.) *Social Construction of the Past – Representations as power*. London/New York: Routledge, p. 119-128, 1994.
- BERTELLI, C. *et alli*. “Rostovcev”. In *Enciclopedia dell’arte Antica – Istituto della Enciclopedia Italiana*. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, p. 1031, 1965.
- BOSCH-GIMPERA, P. *El Problema Indoeuropeu*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- BRAY, W. & TRUMP, D. *Dictionary of Archaeology*. London: Penguin, 1982.
- DÍAZ-ANDREU, M. “Nacionalismo y Arqueología: del Viejo al Nuevo Mundo”. In FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G. e PODGORNY, I. (org.) *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América Latina - Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP*. Suplemento 3: p. 161-180, 1999.
- DÍAZ-ANDREU, M. & CHAMPION, T. “Nationalism and archaeology in Europe: an introduction”, in *Nationalism and archaeology in Europe*. London: UCL Press, p. 1-23, 1996.
- DOLUKHANOV, P. M. “Archaeology in Russia and its impact on archaeological theory”. In UCKO, P. J. (Ed.) *Theory in Archaeology*. London/New York: Routledge, p. 327-342, 1995.
- FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. “Linguística e Arqueologia”. *D.E.L.T.A.* Vol. 15, N.º 1, p. 161-176, 1999.

- HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- HOW, W. W. & WELLS, J. *A Commentary on Herodotus - Volume I (Books I-IV)*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity – Constructing Identities in the Past and Present*. London/New York: Routledge, 1997.
- KLUCKHOHN, C. *Antropologia*; tradução de Teodoro Ortiz. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.
- MOMIGLIANO, A. “El lugar de Heródoto em la História de la historiografía”. In *La Historiografía Griega*. Traducción de José M. Gázquez. Barcelona: Editorial Crítica, p. 134-150, 1984.
- ROSTOVTZEFF, M. I. *Iranians & Greeks in South Russia*. Oxford: Clarendon Press, 1922.
- SOMMER, U. “Archaeology and Regional Identity in Saxony”. *Public Archaeology*. Vol. 1, N.º 2, p. 125-142, 2000.
- TRIGGER, B. G. *A History of archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- VEIT, U. “Ethnic concepts in German prehistory: a case study on the relationship between cultural identity and archaeological objectivity”; translated by Stephen Shennan. In SHENNAN, S. (Ed.) *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. London: Unwin Hyman, p. 35-56, 1989.
- WHITE, H. “O Fardo da História”. In *Trópicos do Discurso – Ensaios sobre a Crítica da Cultura*; tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, p. 39-63, 1994.

ARTIGO

*Cultura Material e Fontes Escritas: uma breve discussão sobre a utilização de diferentes categorias documentais em um estudo sobre as práticas cotidianas dos romanos de origem pobre**

Renata Senna Garraffoni
Doutoranda em História -UNICAMP

Introdução

Nos anos de 1960 Michel Foucault publica alguns trabalhos que teriam repercussões diversas na historiografia. As mudanças que se estabeleceram no saber histórico após a *Arqueologia do Saber*¹ ou a *Ordem do discurso*² não podem ser ignoradas. Pensar o conhecimento como algo móvel e construído a partir de práticas e escolhas do historiador, ou seja, como discursos que podem e devem ser questionados e desconstruídos para libertar diferentes sujeitos presos em modelos interpretativos estáticos, foi uma crítica apurada de como o fazer do historiador acabava restringindo as diversas possibilidades humanas a algumas verdades universais. Estas novas idéias causaram impacto pois era, na verdade, um questionamento das bases epistemológicas de produção da narrativa histórica e, por isso, nas palavras de Veyne, Foucault acabou revolucionando a História³.

* Este artigo é resultado das primeiras reflexões teóricas que estão sendo desenvolvidas na pesquisa de doutorado, na área de Estudos Clássicos, orientada pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari e financiada pela Fapesp.

¹ Foucault, M., *Arqueologia do saber*, Forense Universitária, R.J., 1997.

² Foucault, M., *A ordem do discurso*, Edições Loyola, S.P., 1996.

³ Veyne, P., “Foucault revoluciona a História”, in: *Como se escreve a História*, ed. UNB, Brasília, 4ª edição, 1998, pp.239-285.

A partir dos desconcertos provocados pelas críticas a pressupostos até então tão arraigados na historiografia como a objetividade, a busca pelo real, pela essência de sujeitos universais, enfim, pela necessidade de se ordenar o passado somente por meio de classes sociais e seus conflitos sócio-econômicos⁴, abriu-se um debate que visava uma revisão de conceitos utilizados como naturais, isto é, implícito a esta discussão estava a urgência de se rever categorias de análise e repensar a metodologia de trabalho. Este movimento, que se iniciava meados da década de 60, passou a ser conhecido como pós-modernismo.

Patrick Joyce no artigo “The return of History: postmodernism and the politics of academic History in Britain”⁵, recentemente publicado, afirma que não é possível generalizar o termo pós-modernismo, pois há diferentes escolas sob este nome. No entanto, mesmo diante da possibilidade de diversas posturas, de maneira geral, elas fazem com que reflitamos sobre como vem sendo produzido o conhecimento. Assim, questionando categorias binárias e buscando a alteridade, os intelectuais ligados a este movimento prezam pela produção de novas interpretações e conceitos e criticam formas hierárquicas que aprisionam os diferentes sujeitos. Joyce deixa claro, portanto, que implícito a este pensamento há, muitas vezes, uma implicação política: a necessidade de se descentralizar estruturas e desnaturalizar conceitos para que possamos ouvir diferentes vozes⁶.

⁴ Para uma investigação mais detalhada das transformações da concepção de História após as proposições de Foucault, cf.: Rago, M., “O efeito-Foucault na historiografia brasileira”, in: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, S.P., 1995, 7 (1-2), pp.67-82.

⁵ Joyce, P., “The return of History: postmodernism and the politics of academic History in Britain”, in: *Past and Present*, Oxford University Press, Londres, 1998, pp.207-235.

⁶ Embora concordemos com esta postura adotada por Joyce, vale a pena destacar que muitas questões ligadas ao pós-modernismo tem causado debates e polêmicas no Brasil. Para um exemplo desta discussão cf. artigo de Ciro Flamarion Cardoso publicado na Revista Diálogos de Maringá: Ciro Flamarion Cardoso, “Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador”, in: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n° 3, 1999, pp. 1-28. Comentários de Pedro Paulo Funari e tréplica do historiador encontram-se em seguida, pp.43-48 e 49-62 no mesmo volume.

Neste contexto, o objetivo deste ensaio é propor uma reflexão metodológica sobre a importância da utilização de diferentes tipos de fontes em um estudo sobre Antiguidade Clássica. Nas páginas que se seguem, procuraremos discutir como cultura material e fonte escrita não são excludentes entre si e podem ser uma estratégia interessante para aproximar-nos do mundo antigo, em especial na vida cotidiana de romanos de origem pobre. Neste sentido, acreditamos que Arqueologia e História trabalhadas interdisciplinarmente podem fornecer uma estratégia para repensarmos o lugar que estes romanos têm ocupado na historiografia clássica.

A cultura material como documento de diversos modos de vida

Há uma longa tradição, vinda da Europa, que considera a Arqueologia como ciência auxiliar da História. Nos Estados Unidos, como aquela é considerada parte da Antropologia, a idéia de “serva” persistiu, mas não como auxiliar da História e sim da Antropologia. De uma forma ou de outra, como muitos intelectuais afirmaram que o papel do arqueólogo consistia apenas em coletar artefatos e objetos artísticos para, posteriormente, serem analisados por historiadores ou antropólogos, a disciplina acabou, por algum tempo, reduzida ao *status* de técnica, ou seja, seu objetivo seria recolher e classificar objetos para que *a posteriori* fossem analisados por cientistas sociais.

Embora tal perspectiva ainda esteja arraigada nos meios acadêmicos, estudos mais recentes têm questionado esta postura e a Arqueologia tem se firmado como uma disciplina independente, embora intimamente ligada à História e a outras ciências sociais⁷. Devido a esta nova abordagem, o diálogo interdisciplinar tornou-se fundamental: por meio do questionamento de posturas mais tradicionais, abriu-se um espaço para o surgimento de interpretações que trouxeram outras possibilidades para se pensar o passado.

⁷ Para uma análise mais detalhada da relação entre História e Arqueologia, cf.: Funari, P.P.A., “Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano”, in: *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, IFCH/Unicamp, Campinas, 1998, pp.7-34.

O artigo de Siân Jones “Historical categories and the *praxis* of identity: the interpretation of ethnicity in Historical Archaeology”⁸ expressa esta preocupação que vem, aos poucos, redefinindo o campo de trabalho dos arqueólogos. Seu principal objetivo é repensar a relação entre cultura material, objeto de estudo da Arqueologia, e fonte escrita, principal documento utilizado pelo historiador, com o intuito de perceber como estas diferentes categorias documentais podem oferecer importantes informações para se perceber o processo de construção da identidade étnica.

Logo no início do texto, Jones menciona que a falta de diálogo, presente por muito tempo entre Arqueologia e História, acabou gerando duas posturas diferentes que ainda são percebida em estudos atuais. A primeira está relacionada ao grupo de intelectuais que acredita que o relato escrito prevalece sobre a cultura material, enquanto que a segunda estabelece que estes documentos são dois tipos independentes de fontes e que, portanto, devem ser estudados separadamente.

Esta dualidade defendida por muitos pesquisadores, não seria, para Jones, incompatível. Assim, a autora propõe um outro caminho teórico no qual os dois tipos de documentos oferecem contribuições para o estudo da etnicidade e, para tanto, se alia a um grupo de arqueólogos que defende a idéia de que a cultura material, assim como a fonte escrita, deve ser compreendida como um discurso e, por isso, capaz de expressar diversas subjetividades. Neste sentido, um confronto entre os dois tipos de fontes possibilitaria a percepção tanto da complexidade que envolve os limites e a organização de grupos étnicos como a construção da identidade. Este tipo de abordagem tem, portanto, no diálogo entre diferentes tipos de documentos, a base de sua metodologia e exprime uma tentativa da autora em estudar as práticas sociais e a construção

⁸Jones, S., “Historical categories and the *praxis* of identity: the interpretation of ethnicity in Historical Archaeology”, in: *Historical Archaeology – Back from the Edge* (Funari, P.P.A. et alli – org.), Routledge, Londres/N.Y., 1999, pp.219-232

da identidade a partir de um prisma que preserve as diferenças e possibilite a crítica a modelos homogêneos de cultura⁹.

Uma postura semelhante a esta é assumida por Spencer-Wood no artigo “The formation of ethnic-American identities: Jewish communities in Boston”¹⁰. Embora não cite explicitamente a relação entre cultura material e textos como faz Jones, pois se refere as fontes escritas *en passant* quando descreve os costumes dos judeus ortodoxos, sua linha de argumento se aproxima da anterior na medida em que, sua análise, não se restringe à coleta de dados empíricos, mas busca interpretá-los a partir de um diálogo com outras teorias.

Logo nas primeiras linhas do artigo notamos esta preocupação: Spencer-Wood afirma que seus argumentos serão desenvolvidos a partir de um ponto de vista que considera as abordagens feministas. O ponto central de seu trabalho consiste, portanto, em abrir um espaço para que, por meio das questões de gênero, consiga expressar a multiplicidade e a pluralidade das relações judaicas na cidade Boston em fins do século XIX e meados do XX. Assim, sua análise da cultura material sob um prisma feminista, é, na verdade, uma crítica a visão monolítica de cultura e, ao mesmo tempo, permite que visualizemos a complexidade presente nos processos de formação da identidade social bem como sua construção a partir de negociações dinâmicas entre indivíduos, familiares, grupos sociais e comunidades.

Spencer-Wood analisa sinagogas, traçados das ruas, disposições das lojas nas comunidades e pequenos objetos utilizados cotidianamente para questionar uma idéia recorrente na qual os judeus constituiriam uma “raça homogênea”. Neste sentido,

⁹ De acordo com suas próprias palavras: “*whilst there is a place for analysis of, for instance, long-term social and economic processes, there is also considerable scope for an archaeology of the social praxis of identities. In order to do this, it will be necessary to abandon the search for homogeneous, bounded ethnic groups and focus on the ways in which particular styles of material culture may have been involved in the active expression of ethnicity in different contexts.*” – Jones, S., “Historical categories and the praxis of identity: the interpretation of ethnicity in Historical Archaeology”, op. cit., p.230.

¹⁰ Spencer-Wood, S.M., “The formation of ethnic-American identities: Jewish communities in Boston”, in: *Historical Archaeology – Back from the Edge* (Funari, P.P.A. et alli – org.), Routledge, Londres/N.Y., 1999, pp.284-307.

encontramos, implícita a esta postura, uma busca pelas diferenças e uma crítica aos argumentos que explicam a presença de diferentes objetos como sendo parte de um processo de aculturação. A todo momento a autora fala em *relação* entre norte-americanos e judeus europeus e não em sobreposição de culturas. A base de seu pressuposto é, portanto, diferente das teorias mais tradicionais que estabelecem uma relação direta entre objeto e cultura: para Spencer-Wood, o fato de se encontrar objetos não judeus em uma comunidade judaica não implica em um processo de aculturação, mas a possibilidade de trocas que viriam transformar tanto os imigrantes como os norte-americanos. A partir desta perspectiva, os objetos não servem somente para classificar culturas diferentes, mas podem expressar diferentes relações, dependendo do contexto em que foram encontrados¹¹.

Além de questionar conceitos e concepções homogeneizadoras, de abrir possibilidades para pensarmos as relações sociais e a construção de diferentes tipos de identidades na sua complexidade, de trazer à tona sujeitos invisíveis em documentos escritos, o estudo da cultura material pode proporcionar outras contribuições em diversos aspectos ligados a vida cotidiana do passado.

T. Williamson, por exemplo, possui um artigo interessante em que elabora um estudo dos jardins ingleses do século XVIII¹². O ponto central de seu trabalho consiste em demonstrar como uma análise mais detida de jardins e parques podem expressar a relação do homem com a natureza e com o espaço urbano. Em seu argumento percebemos que para além da idéia na qual a elite usava seus jardins para impor poder, Williamson apresenta a possibilidade de diferentes tipos de relações sociais nestes espaços. Assim, por meio de estudos de transformações das paisagens, seja por iniciativa

¹¹ De acordo com suas próprias palavras: “*Beyond simply using material culture to identify social groups or subgroups, contextual material feminism constructs several levels of historical context in which individual sites analyses can yield meaningful information.* - Spencer-Wood, S.M., “The formation of ethnic-American identities: Jewish communities in Boston”, op cit, p.289.

¹² Williamson, T., “Gardens, Legitimation and Resistance”, in: *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 3, nº 1, 1999, pp.37-52.

do dono como por vandalismo de outrem, o autor defende uma postura em que jardins e parques poderiam ser locais não só de legitimação de poder, como também de resistência.

Já Lynda Carroll¹³ e Uzi Baram¹⁴, arqueólogos norte-americanos, se deslocam mais alguns séculos e escolhem o período do Império Otomano para estudar hábitos cotidianos dos orientais. Enquanto Carroll trabalha a cerâmica otomana azul e branca produzida em Iznic, Baram seleciona as porcelanas chinesas, em especial xícaras de café, e os cachimbos para discutir sobre as mudanças sociais da época uma vez que tais artefatos estão ligados ao prazer e ao advento de novos comportamentos, pois café e tabaco passam a ser mais difundidos no Oriente Médio após o contato mais prolongado com europeus, isto é, a partir do século XV.

Embora os objetos estudados sejam diferentes e os artigos possuam suas particularidades, ambos apresentam uma postura semelhante que merece ser analisada mais cuidadosamente. Tanto Baram como Carroll elaboram uma crítica às abordagens primordialistas: questionam a idéia da existência de um Oriente único, estático, contínuo

e procuram, por meio da análise dos objetos, expor as mudanças e especificidades culturais homogeneizadas pelo olhares ocidentais. Assim, partindo de pressupostos antropológicos e da Arqueologia contextual, os dois pesquisadores analisam aspectos econômicos do Império, em especial o consumo e o comércio, mencionando a importância simbólica e artística que tais objetos teriam entre os otomanos e os tipos de relações sociais que se estabeleciam entre as pessoas que poderiam possuí-los.

Todos os trabalhos comentados até agora tratam de diversos tipos de objetos encontrados em diferentes períodos e locais: falamos da cultura judaica nos Estados Unidos do final do século passado, de jardins ingleses do século XVIII, de cachimbos e porcelanas otomanas e chinesas da época do auge do Império Otomano. Por quê,

¹³Carroll, L., "Could've been a contender: the making and breaking of 'china' in the Ottoman Empire", in: *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 3, n° 3, 1999, pp.177-190.

¹⁴Baram, U., "Clay tobacco pipes and coffee cup sherds in the Archaeology of the Middle East: artifacts of social tensions from the Ottoman past", in: *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 3, n° 3, 1999, pp.137-151.

então, foram reunidos neste ensaio? A resposta para esta questão está na perspectiva de análise utilizada por estes especialistas. Se observarmos com atenção, percebemos que todos os trabalhos são produzidos por arqueólogos que interpretam os vestígios materiais a partir de um diálogo com outras disciplinas ou possibilidades teóricas. Assim, Jones enfatiza que a relação entre texto e objeto pode proporcionar uma melhor compreensão da identidade étnica; Spencer-Wood recorre ao feminismo e as concepções de gênero para estudar comunidades judaicas de Boston; Williamson menciona pinturas e fontes literárias para justificar as possibilidades de resistências dos pobres não encontradas na cultura material e, por fim, Carroll e Baram partem de um diálogo com a Antropologia para repensar como as relações Oriente/Ocidente tem sido construídas por toda uma tradição de pesquisadores.

A interdisciplinariedade permitiu aos pesquisadores um questionamento de modelos homogeneizadores e essencialistas de cultura ainda muito recorrentes na Arqueologia em geral. Diante desta possibilidade podemos afirmar que os vestígios materiais para além de classificar culturas ou justificar a dominação de um povo sobre outro, expressam múltiplos aspectos da sociedade estudada e as complexas teias de relações estabelecidas entre os homens e os homens e a natureza.

Assim, ciente da existência desta linha de pensamento e, considerando que a cultura material pode expressar aspectos às vezes invisíveis nos documentos escritos, acreditamos que uma análise de vestígios materiais, a partir desta perspectiva contextual que enfatiza o pluralismo e a alteridade¹⁵, combinada com a metodologia de trabalho da História Cultural possa enriquecer o conhecimento sobre o passado, pois abriria novos caminhos interpretativos evitando, portanto, que permanecêssemos presos a temas presentes somente em escritos eruditos¹⁶.

¹⁵ Para uma abordagem mais precisa dos principais pressupostos teóricos da Arqueologia contextual, cf.: Funari, P.P.A., “A hermenêutica das ciências humanas – a História e a teoria e *praxis* arqueológicas”, in: *Revista da SBPH – Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, n^o 10, Curitiba, 1995, pp.3-9.

¹⁶ De acordo com Funari, “ *a Arqueologia democratiza o passado, fornecendo aberturas para a vida diária do povo (...) e permitindo que se supere a parcialidade*

Esta perspectiva de análise é, ainda, mais interessante se considerarmos que nosso objeto de estudo encontra-se na Antigüidade Clássica. Neste contexto, elaborar um diálogo entre a cultura material e textos se torna uma estratégia fértil para que possamos ter acesso à população romana de origem humilde. Embora seja uma perspectiva instigante, é pouco difundida entre os classicistas brasileiros e, por isso, seria importante comentá-la mais detalhadamente.

Cultura material e documento escrito: uma breve reflexão sobre a relação entre diferentes categorias documentais na Historiografia Clássica

Embora haja clacissistas que ainda trabalhem exclusivamente com fontes escritas em suas pesquisas historiográficas sobre o mundo antigo, atualmente, muitos estudiosos têm recorrido à cultura material como documento para diversas interpretações sobre o cotidiano romano. A metodologia empregada por estes especialistas varia muito, no entanto, Glenn Storey, em um artigo recente, após fazer um levantamento de como a relação cultura material/documento escrito tem sido pensada entre os estudiosos a cerca das questões romanas, constata que ainda é predominante a idéia de subordinação da primeira à segunda, isto é, ainda hoje há muitos historiadores e arqueólogos clássicos que utilizam artefatos para comprovar uma suposta veracidade dos textos escritos¹⁷. Diante deste quadro, Storey propõe uma revisão da teoria arqueológica romana e, para tanto, privilegia a relação entre diferentes categorias documentais.

das evidências eruditas (...). Temas 'invisíveis' na História escrita tornam-se acessíveis graças aos vestígios materiais (...), e as interações dinâmicas entre elites e não-elites, entre vernacular e estilístico, são questões comuns na Arqueologia (...). – Funari, P.P.A., “Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano”, op. cit., p.12.

¹⁷Storey, G.R., “Archaeology and Roman Society: Integrating Textual and Archaeological data”, in: *Journal Of Archaeological Research*, vol. 7, nº 3, 1999, pp.203-248.

A principal crítica que Storey estabelece neste artigo é à tradição, mencionada a pouco, de se pensar a Arqueologia como serva da História. Esta postura, segundo o autor, ainda está muito arraigada nas interpretações dos clacissistas e provocaria uma redução das possibilidades dos artefatos como documentos, diminuindo sua capacidade de fornecer elementos para interpretar diferentes aspectos das relações entre os romanos. Neste sentido, retoma alguns pressupostos dos *Annales*, em especial a interdisciplinariedade, para organizar seus argumentos e defender a Arqueologia como uma disciplina autônoma.

Tendo estabelecido a base de sua crítica, Storey passa a desenvolver seu argumento a partir de uma revisão do debate historiográfico em diversos períodos da História de Roma. Assim, menciona os estudos da fundação de Roma, da cidade propriamente dita, do fórum e de Pompéia, procurando sempre realçar como a relação entre cultura material e documento escrito, sob uma perspectiva de subordinação da primeira à segunda, acabou por criar modelos explicativos primordialistas, difusionistas e essencialistas.

Por último, Storey discute os diferentes modelos empregados para o estudo da economia imperial romana. A escolha deste aspecto da sociedade justifica-se pela grande quantidade de artefatos encontrados para a produção e distribuição de alimentos, vinho e azeite. O autor chama atenção para o modelo interpretativo de Finley desenvolvido a partir da idéia de “cidade consumidora” proposta por Weber para criticar as idéias de Rostovtzeff e Mommsen na qual haveria aspectos da primitiva economia romana que se desenvolveriam explicando o moderno capitalismo.

O modelo da “cidade consumidora”¹⁸, na opinião de Storey, teria sido importante para questionar este paradigma e abrir a possibilidade de se compreender a economia romana por outros aspectos como, por exemplo, o político. Além destes dois modelos,

¹⁸ Para uma crítica a este modelo, cf., também, Funari, P.P.A., *A cidade e a civilização romana: um instrumento didático*, Coleção Textos Didáticos, nº 28, IFCH/Unicamp, jul.1998.

o autor também discute as perspectivas propostas por marxistas que vêem a economia romana como mundial, analisada a partir da relação centro/periferia.

A partir deste debate, Storey acaba concluindo que a organização econômica dos romanos não era, de forma alguma, primitiva, no entanto, tais modelos explicativos ainda deixam lacunas porque, muitas vezes, se baseiam em conceitos presentes na economia capitalista. Por isso, na conclusão de seu trabalho enfatiza a necessidade de se repensar a relação entre diferentes tipos de fontes: cultura material e documento escrito precisam ser dissociados e entendidos em seus contextos para evitar a criação de modelos interpretativos que acabem generalizando aspectos do mundo romano ou aplicando teorias da sociedade capitalista ao mundo antigo acriticamente¹⁹.

Esta preocupação com o contexto em que cada documentação está inserida é fundamental para que possamos perceber a complexidade da vida cotidiana romana. Embora Storey faça uma longa discussão a respeito dos modelos teóricos utilizados para explicar a economia romana, não menciona, em específico, as contribuições que o repensar da relação cultura material/texto poderia trazer para uma aproximação das diversas atividades do dia a dia dos romanos. Observemos, então, este aspecto mais detidamente.

A cultura material possui um papel importante no estudo da economia, pois é portadora de informações diferentes dos textos escritos que, em sua maioria, por serem sínteses, trazem elementos presentes em diversos lugares em épocas nem sempre

¹⁹ De acordo com suas próprias palavras: *“the large corpus of written information from a well-documented society like Rome can provide Binford’s ‘middle range theory’ and bridging arguments, or the context for Hodder’s ‘contextual archaeology’ for interpreting the archaeological record. The problem in Roman archaeology so far has been the preponderance of seeking one-to-one correspondences between text and archaeology, instead of acknowledging and working with their radically different provenances.”* - Storey, G.R., “Archaeology and Roman Society: Integrating Textual and Archaeological data”, op cit, p.222.

correspondentes. Estrabão²⁰, por exemplo, geógrafo responsável por várias descrições da organização social e econômica dos romanos e dos povos conquistados, ao elaborar seus escritos mesclava aquilo que podia observar em suas viagens com o que ouvia da tradição, o que tornou seu relato um tanto quanto impreciso. Além disso, seu estilo de escrita se inseria dentro de um discurso político preocupado em relatar a geografia física e as riquezas dos territórios dominados. Assim, seu olhar estabeleceu inúmeros juízos de valores, ressaltando a barbaridade dos povos conquistados e, muitas vezes, ignorando as técnicas e produção dos indígenas.

Neste sentido, embora Estrabão nos forneça pistas sobre a administração imperial, sobre a vida dos povos conquistados, sobre a geografia, as políticas de dominação, pouco tem a dizer sobre a organização das *villae* ou o comércio. Aqui, então, a cultura material desempenha um papel decisivo: um estudo das *villae* poderia nos fornecer dados relevantes para diversas interpretações sobre o cotidiano de seus moradores a partir dos artefatos encontrados nas ruínas das casas que restaram, sobre a utilização espacial do local e suas transformações, bem como os processos de cultivo de uvas, azeitonas, cereais e a produção de azeite, vinho e ânforas para o transporte dos produtos²¹.

²⁰ Estrabão, *The Geography of Strabo*, Loeb, Harvard University Press, Londres, 1988, vol.III.

²¹ A Anforologia, área da Arqueologia destinada ao estudo específico de ânforas, é fundamental para que possamos estudar o consumo, distribuição, armazenamento e controle de produção dos diversos produtos transportados em seu interior. Confira, por exemplo, alguns estudos de Funari e Guarinello sobre a questão:

- Funari, P.P.A., “As estratégias de exploração de recursos do vale do Guadalquivir em época romana, in: *Revista Brasileira de História*, S.P., 1986, v.6, nº 12, pp.169-186.
- Funari, P.P.A., “Uma inscrição bética inédita dos anos 90 d.C.: observações preliminares” in: *Revista do Departamento de História*, set. 1988, pp.90-101.
- Funari, P.P.A., “Anforologia – uma nova disciplina arqueológica”, in: *Revista de História*, nº 118, S.P., 1985, pp.161-170.
- Funari, P.P.A., “O comércio interprovincial e a natureza das trocas econômicas no alto Império Romano; as evidências do azeite bético na Bretanha”, texto apresentado no V Simpósio de História Antiga em Porto Alegre, 1992.

Mesmo contando com os relatos de Columella ou Plínio, nos quais encontramos mais detalhes sobre as *villae*, a análise da cultura material em seu contexto ainda é de grande valia para os estudos de História econômica de Roma, pois traz à tona sua complexidade e ressalta o fato de que a economia não está desvinculada de outros aspectos da sociedade. Além disso, abre espaço para que possamos estudar a arquitetura das *villae* e os artefatos remanescentes permitem o acesso aos homens e mulheres que por ali viveram e trabalharam.

A partir destes comentários podemos afirmar que textos escritos e a cultura material, analisados em seus contextos particulares, podem fornecer diferentes respostas as nossas questões ampliando as possibilidades de aproximação do mundo antigo. Esta possibilidade teórica não é válida somente para estudos econômicos, pode ser extremamente útil para estudarmos outros aspectos da sociedade romana, como a dinâmica das cidades e a cultura popular.

Funari e Zarankin, em um artigo recente intitulado “Abordajes arqueológicos de la vivienda doméstica en Pompeya: algunas consideraciones”²², analisam diversas abordagens sobre a arquitetura das casas pompeianas e os modelos de cidades que se construíram a partir delas. Com esta metodologia, os autores discutem as diferentes interpretações sobre as casas e apontam outras possibilidades de análise para os pesquisadores interessados nos modos de vida na Antigüidade.

Por meio deste artigo, somos introduzidos, de maneira crítica, a diversas perspectivas de análise: os autores mencionam as baseadas na História da Arte nas quais se sobressaem os aspectos estéticos das casas; discutem os modelos de clacissistas que utilizam a cultura material para ilustrar os textos escritos e, por último, apresentam os trabalhos mais recentes ligados a uma perspectiva da arqueologia pós-processual em que o artefato é interpretado como

- Guarinello, N.L., “A economia antiga e a Arqueologia rural – algumas reflexões”, in: *Clássica*, S.P., 7/8, 1994-95, pp.271-283.

²² Funari, P.P.A. et Zarankin, A., “Abordajes arqueológicos de la vivienda doméstica en Pompeya: algunas consideraciones”, manuscrito inédito a ser publicado na *Revista Eletrônica Hélade*.

um “texto” que pode ser lido, pois expressa signos próprios que comunicam mensagens ligadas as relações de poder.

As críticas elaboradas por Funari e Zarankin, ao discutir estas teorias, indicam um caminho de análise que abre um espaço para a compreensão da cidade de Pompéia como dinâmica, ativa e complexa, capaz de abrigar diferentes grupos sociais e não simplesmente a elite, como a maioria dos trabalhos citados pelos autores pressupõe. Esta preocupação de buscar, a partir da cultura material, registros da população romana de origem humilde já se encontra presente em um trabalho anterior de Funari.

Em *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*²³, Funari recorre aos grafites encontrados em diversas paredes pompeianas para criticar a visão de cultura erudita cristalizada por historiadores modernos e concebida como a “cultura romana”. Ao listar e analisar os diferentes tipos de grafites espalhados pela cidade, que poderiam ser eróticos, amorosos, satíricos, xingamentos, políticos, jogos de adivinhações, poemas, torcida por gladiadores, entre inúmeros outros, o autor chama atenção para a diversidade das manifestações populares, o que contraria os argumentos sustentados por muitos pesquisadores do mundo antigo de que só restaram indícios da cultura da elite.

Estes grafites exprimem vários pensamentos e os sentimentos de pessoas comuns; indicam sua participação política, suas brincadeiras e críticas e, por isso, são registros importantes da vida cotidiana romana. Sua existência indica a possibilidade não só de estudarmos o povo romano na sua especificidade, considerando a pluralidade e multiplicidade de suas manifestações, como também de criticarmos as interpretações enraizadas nos discursos de especialistas do mundo antigo que, ainda hoje, consideram os romanos como uma massa homogênea e sem vontade própria. Por último, podemos afirmar que esta abordagem restitui ao romano de origem pobre a capacidade de agir e ser sujeito de sua História.

Dentro desta perspectiva de repensar a relação cultura material/documento escrito e de busca por um outro caminho teórico que considere o contexto de cada tipo de fonte procuraremos, a partir

²³ Funari, P.P.A., *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*, S.P., Contexto, 1989.

de agora, nos remeter a uma problemática bem específica: como as diferentes categorias documentais vem sendo trabalhada em estudos sobre a criminalidade e o banditismo nos séculos I e II d.C., nosso objeto de estudo há alguns anos. Analisemos, então, este ponto mais detidamente.

A criminalidade se tornou um tema a ser pesquisado por historiadores depois que Hobsbawm, no final da década de 60, publicou *Bandidos*²⁴. Embora esta obra tenha sido muito criticada e revista, principalmente no que diz respeito à condição de rebelde primitivo inerente ao bandido, ela foi pioneira ao inserir os infames e criminosos entre as preocupações dos pesquisadores. O momento em que foi escrita é muito significativo, pois era um período em que a historiografia, influenciada pelo marxismo, começava a buscar outras perspectivas teóricas capazes de dar vozes aos excluídos. Estes esforços trouxeram a cena bandidos, prostitutas, pobres, escravos, libertos, entre outros, com intenção de torná-los agentes e ressaltar sua capacidade de luta e resistência frente a dominação.

As fontes utilizadas para a realização destes trabalhos eram, em grande parte, literárias, mas alguns estudos também recorreram a cultura material. No caso específico dos bandidos romanos não foi diferente: todas pesquisas a que tivemos acesso²⁵ apresentavam como

²⁴ Hobsbawm, E.J., *Bandidos*, Forense-Universitária, R.J., 1976.

²⁵ Cabe ressaltar que entre os trabalhos a que tivemos acesso encontram-se os específicos sobre o assunto e outros que se referem ao tema *en passant*. Cf.:

- Blánquez Pérez, C., “Desigualdades sociales y praxis jurídica en Apuleyo”, in: *Gerión*, 5, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987, pp.119-131.

- Blánquez Pérez, C., *El mundo romano a través de la obra de Apuleyo – delito, delincuentes y castigo en las Metamorfosis*, tese de doutorado apresentada na Facultad de Geografía y Historia da Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1986.

- Carcopino, J., *Roma no apogeu do Império*, S.P., Cia das Letras, 1990.

- Favarsani, F., *A pobreza no Satyricon de Petronio*, Editora da UFOP, Ouro Preto/M.G., 1999.

- Grimal, P., *A vida em Roma na Antigüidade*, Publicações Europa-América, Portugal, 1981.

- Hidalgo de la Vega, M.J., *Sociedad e ideologia en el Imperio Romano: Apuleyo de Madaura*, Espanha, Gráficas Ortega, 1986.

- Hooff, A. J.L. van, “Ancient robbers: reflections behind the facts”, in: *Ancient Society*, 19, Bélgica, 1998, p.114.

base para o desenvolvimento dos argumentos a literatura, como por exemplo, as comédias de Plauto, os escritos de Plutarco, as cartas de Plínio e Sêneca, os romances de Apuleio e Petrônio, além da própria legislação presente no *Digesto* de Justiniano. No entanto, a presença da cultura material nestes trabalhos não pode ser menosprezada. Em quase todos os estudos encontramos referências a pinturas, grafites, pequenos objetos como vasos decorados ou lamparinas, inscrições tumulares, mosaicos, descrições da arquitetura, só para citar alguns exemplos.

Apesar de cada trabalho ter suas particularidades e seguirem caminhos teóricos específicos, no que diz respeito a relação entre cultura material e documento escrito possuem algumas características em comum: alguns procuram estabelecer um paralelo entre objetos e textos e, quando isto não é possível, descartam os artefatos; outros acabam utilizando os objetos para comprovar ou ilustrar aquilo que está dito no texto, tratando os vestígios materiais de forma passiva. Estas posturas metodológicas explicam-se pelo fato de que os trabalhos foram escritos por historiadores que centralizaram seus argumentos a partir dos textos e criam interpretações nas quais a literatura era considerada um relato fiel da sociedade romana e a Arqueologia, com seus objetos, serviria somente para comprovar o que já estava escrito²⁶.

- Shaw, B.D., “El bandido”, in: *El hombre romano*, (Andrea Giardina – org.), Alianza Editorial, Madri, 1991.

- Veyne, P., “O Império Romano”, in: DUBY, G. et ARIÈS, P., *História da vida privada*, Cia. das Letras, 1990, vol.1, pp.19-223.

- Wallace-Hadrill, A., “Public honour and private shame: the urban texture of Pompeii”, in: Cornell, T.J. e Lomas, K. (eds.) *Urban society in Roman Italy*, UCL Press, Londres, 1996, pp.39-62.

- Wiedemann, T., “Single Combat and Being Roman”, in: *Ancient Society*, 27, Bélgica, 1996.

- Wiedemann, T., *Emperors & Gladiators*, Routledge, Londres, 1995.

²⁶ Esta perspectiva teórica é a que Funari e Zarankin denominaram de “perspectiva historicista”. De acordo com os autores: “*engloba aquellas investigaciones que apoyan su argumentación em forma central en la evidencia documental. Los restos arqueológicos son adecuados a los discursos generados desde los documentos o utilizados em forma pasiva según esas premisas.*”- Funari, P.P.A. et Zarankin, A., “Abordajes arqueológicos de la vivienda doméstica en Pompeya: algunas consideraciones”, op. cit., p.6.

O artigo “El bandido” de Shaw, escrito para a coletânea *El Hombre Romano* organizada por Giardina, e o de Hooff, intitulado “Ancient robbers: reflections behind the facts”, são dois exemplos desta primeira perspectiva²⁷. Ambos partem de uma abordagem marxista para estudar a questão da criminalidade na época do Império Romano e, embora cada trabalho tenha suas especificidades, possuem uma essência semelhante: tanto Shaw quanto Hooff acreditam que, devido à existência de diversos indícios materiais ou escritos sobre os *latrones*, eles teriam uma importância social que precisa ser explicada pelo historiador. Assim, percebemos, em cada artigo, uma intenção de descobrir quem ou o que era ser um bandido na Antigüidade Clássica.

Para responder a esta inquietação, os dois pesquisadores iniciam seus artigos descrevendo grafites, inscrições e pinturas nos quais estariam registrados informações sobre a vida destes criminosos. No entanto, logo em seguida, recorrem a literatura como fonte principal por considerá-las os documentos mais precisos e completos sobre o assunto. Neste sentido, Hooff, ao estudar o bandido rural, e Shaw, ao discutir os espaços em que a criminalidade estava presente e as relações de poder implícitas as ações dos transgressores, acabam preferindo a literatura e a cultura material, citada no início, vai desaparecendo no decorrer de cada texto.

Já Wiedemann e Wallace-Hadrill²⁸, outros dois historiadores que estudaram o tema da transgressão social, exemplificariam a segunda tendência. Ambos citam vários artefatos como fontes para seus trabalhos, no entanto, suas abordagens se diferem das de Shaw e Hooff, pois as estratégias de análise que empregam não excluem a cultura material de seus discursos, pelo contrário, elas permanecem presentes em suas pesquisas do início ao fim. Analisemos, então, estes trabalhos mais detidamente.

Wiedemann publicou, recentemente, um estudo sobre a luta de gladiadores. Mas por quê um estudo sobre gladiadores poderia ajudar a compreender a questão da criminalidade? A relação entre estes homens e os bandidos é bem mais próxima do que possa parecer à primeira vista. Muitos homens que cometiam crimes

²⁷ Referência completa, cf. nota 24.

²⁸ Referências completas, cf. nota 24.

violentos eram condenados a pena de morte: se fossem cidadãos teriam a morte rápida e honrada pela espada, mas se não fossem, poderiam ser condenados à cruz, atirados as feras ou as chamas ou obrigados a lutar nas arenas.

Embora nem todos os gladiadores fossem criminosos (poderiam ser escravos, desertores do exército ou pobres sem outra alternativa de vida), comentar a obra de Wiedemann é importante na medida em que proporciona uma interpretação da sociedade romana, pois o autor parte da luta de gladiadores para entender a não só a questão de identidade como também para explicar o tratamento que seria dado aos transgressores das normas de conduta social.

Ao propor discutir o *ethos* romano a partir das lutas de gladiadores, Wiedemann apresenta uma metodologia de trabalho na qual utiliza uma grande diversidade de fontes que incluem a literatura, pinturas, esculturas, grafites, inscrições tumulares e cerâmica (em especial as lamparinas). No entanto, como seu objetivo é a elaboração de um modelo interpretativo que dê conta de um vasto período histórico de cerca de cinco séculos, acaba desconsiderando a especificidade de cada tipo de documento que analisa. Assim, embora apresente um levantamento de diversas fontes, seu argumento torna a cultura material um bloco único e homogêneo que vem a confirmar a literatura.

Considerando que a literatura foi escrita por membros da elite romana, ao utilizar os artefatos sem considerar sua materialidade para simplesmente comprovar textos, o autor acaba, muitas vezes, deixando de lado possíveis objeções às interpretações propostas e nos apresenta a sociedade romana fundamentada em traços culturais específicos desta camada da população. Dentro desta concepção, os romanos aparecem como uma continuidade do pensamento da elite, sem conflitos ou lutas internas. Deste modo, percebemos, portanto, que o modelo proposto apresenta a sociedade de maneira ordenada e as pessoas submetidas a valores homogêneos.

Wallace-Hadrill, ao escrever sobre a cidade de Pompéia, propõe uma metodologia de trabalho bastante semelhante a esta de Wiedemann. No artigo “Public honour and private shame: the urban texture of Pompeii”, por exemplo, apresenta a cidade de Pompéia como se fosse organizada a partir de uma geografia moral, como a

proposta por Sêneca. Desta forma, as áreas e os monumentos carregavam, em escalas variadas, noções de virtudes e vícios. De acordo com suas próprias palavras, o objetivo deste artigo seria:

*(...) usar Pompéia para sugerir que a paisagem urbana romana era, sobretudo, marcada diferentemente, assim, para cada área positiva deveria haver uma negativa para contrapô-la.*²⁹

Neste trecho percebe-se que o autor visa interpretar a cidade pompeiana a partir de oposições binárias, isto é, virtude e vício, positivo e negativo. Seu argumento parte da constatação da inexistência de bares ou tavernas nas proximidades de prédios públicos ou templos; haveria, segundo o autor, uma determinação oficial, vinda muitas vezes de Roma, para decretar a exclusão destes estabelecimentos da vida pública e oficial.

Assim como os locais para os bares seriam determinados, haveria também um controle de tráfego. A circulação dos veículos era permitida em toda a cidade, mas em alguns lugares, a existência de pedras impediria o tráfego, limitando o acesso a determinadas regiões. De acordo com Wallace-Hadrill, tanto a localização dos bares e tavernas e o controle da movimentação de veículos exprime uma noção moral, excluindo da vida pública os *infames*³⁰.

Em todo o artigo, o autor aceita, sem uma devida contextualização, as informações provenientes dos autores antigos e apresenta uma explicação para a cidade de Pompéia na qual exclui as pessoas que vivem nos locais mais pobres e considerados amorais; elas sempre se encontram em ruas estreitas atrás dos banhos públicos e nunca próximas das ruas principais. Em seu modelo, Pompéia

²⁹Wallace-Hadrill, "Public honour and private shame: the urban texture of Pompeii", op. cit., p.39.

³⁰ De acordo com suas próprias palavras: "*bordéis e bares pertenciam a mesma parte ruim do mundo, marcado pela mancha permanente dos infames, povoado pela classe baixa de atores e atrizes, prostitutas e alcoviteiros, gladiadores, embalsamadores de cadáveres e executores públicos, pessoas de 'condição abjeta' que, junto com seus filhos, eram formalmente excluídas da vida respeitável e de quaisquer privilégios legais que se relacionavam a ela.*" (Wallace-Hadrill, A., "Public honour and private shame: the urban texture of Pompeii", op. cit., p.53).

estaria dividida em dois mundos diferentes, um de virtudes e outro de vícios, o que provaria a ideologia romana. Tal interpretação seria confirmada pela Arqueologia pois, a própria geografia da cidade proporcionaria esta divisão.

Tanto no caso de Wiedemann como de Wallace-Hadrill é possível notar que, apesar da utilização de uma ampla documentação que inclui cultura material e textos, a metodologia que empregam ao interpretá-las acaba empobrecendo a potencialidade das diferentes categorias documentais, pois utilizam a primeira para comprovar a segunda sem problematizar as especificidades de cada uma. Em outras palavras, a preocupação de ambos é pela busca da regularidade, da ordenação, da estabilidade, como se todos os romanos pobres e marginalizados não possuíssem vontade própria e fossem uma massa homogênea, facilmente controlada ou excluída. Assim, apesar da diversidade de fontes empregadas nas análises, as interpretações retomam as concepções tradicionais do “*pão e circo*” expressando uma tendência a silenciar o diferente e tornar o singular uno e contínuo.

Esta postura acaba transformando a cultura material em algo estático, incapaz de produzir ou expressar significados próprios. Neste sentido, mesmo que ambos tenham inovado ao tentar elaborar um estudo que apresentasse os artefatos como fontes históricas, tornaram as categorias documentais uma massa única com função de comprovar modelos teóricos pré-estabelecidos que, embora sejam coesos, bem estruturados e capazes de explicar longos períodos da História romana, são frágeis na medida em que não dão conta dos aspectos específicos de cada documento.

Diante deste quadro, acreditamos que a cultura material precisa ser tratada dentro de seu contexto para que possa fornecer pistas sobre outros aspectos do mundo romano não relatados pela literatura. Assim, pinturas, mosaicos, cerâmicas, grafites e demais vestígios materiais precisam ser analisados em suas particularidades e interpretados de maneira cuidadosa não para comprar verdades previamente estabelecidas, mas sim para que possamos produzir novas descrições da vida cotidiana de romanos pobres e transgressores.

Considerações Finais

O objetivo central deste ensaio consistia em discutir como a relação entre Arqueologia e História vem sendo trabalhada nos últimos tempos. A possibilidade de utilizar artefatos como fontes para um estudo historiográfico não é nova, mas a maneira como a relação foi estabelecida tem sido revista por especialistas. Em diversos estudos percebemos uma crítica incisiva à antiga idéia na qual a Arqueologia seria serva da História: este tipo de perspectiva é insatisfatório na medida em que reduz a cultura material a fósseis incapazes de produzir significados.

No caso da historiografia clássica em particular, este diálogo é extremamente importante, visto que os textos remanescentes tratam, quase exclusivamente, de aspectos ligados às preocupações da elite. Neste sentido, acreditamos que considerar a cultura material em seu contexto, como propôs Storey, é fundamental para que possamos conseguir outras informações a cerca do mundo antigo. Desvincular vestígios materiais da tarefa de comprovar textos é, na verdade, um caminho alternativo para repensar os modelos teóricos empregados por clacissistas durante décadas e, também, para construir novas interpretações sobre o cotidiano dos romanos de origem humilde³¹.

Assim, procuramos ressaltar, no decorrer destas páginas, a necessidade de rever o diálogo entre as diferentes categorias documentais, evitando tratá-las como reflexos da realidade ou, simplesmente, sobrepor o texto a cultura material. A metodologia proposta é, antes de tudo, interdisciplinar, pois consideramos a Arqueologia e História disciplinas autônomas, mas intimamente relacionadas. A partir desta postura, acreditamos ser possível não só questionar visões homogeneizadoras da sociedade romana como

³¹ Concordamos, também, com Funari e Zarankin, quando afirmam que: *“la materialidad de la evidencia arqueológica significa que no podemos sencillamente intentar adecuala a las informaciones de las fuentes textuales antiguas, pues así estaremos distorsionando los datos materiales, para que confirmen discursos surgidos de las fuentes escritas. Al contrario, la cultura material constituye un elemento central de acción en el mundo.”* - Funari, P.P.A. et Zarankin, A., “Abordajes arqueológicos de la vivienda doméstica en Pompeya: algunas consideraciones”, op. cit., p.9.

também abrir um espaço para a as diversas manifestações de pobres e transgressores do mundo antigo. Esta perspectiva indica, portanto, uma crítica à metodologia de pesquisa empregada por muitos especialistas que, por muito tempo, silenciou as diferentes vozes dispersas entre os romanos.

Agradecimentos

Agradeço à prof. Dra. Margareth Rago pela indicação de leituras que foram fundamentais para esta reflexão, ao prof. Funari pela orientação, aos colegas Andres Zarankin, Fábio A. Hering, Glaydson José da Silva, Lourdes M.G.C. Feitosa e ao prof. Fábio Faversoni pelo apoio e pelas colaborações nestes anos de trabalho, ainda que a responsabilidade pelas idéias aqui expostas limite-se à autora.

Bibliografia citada

- BARAM, U., “Clay tobacco pipes and coffee cup sherds in the Archaeology of the Middle East: artifacts of social tensions from the Ottoman past”, in: *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 3, nº 3, 1999, pp.137-151.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, C., “Desigualdades sociales y praxis jurídica en Apuleyo”, in: *Gerión*, 5, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987, pp.119-131.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, C., *El mundo romano a traves de la obra de Apuleyo – delito, delincuentes y castigo en las Metamorfosis*, tese de doutorado apresentada na Facultad de Geografía y Historia da Universidad Complutense de Madrid, Madri, 1986.
- CARCOPINO, J., *Roma no apogeu do Império*, S.P., Cia das Letras, 1990.
- CARDOSO, C. F., ‘Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador’”, in: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, nº 3, 1999, pp. 1-28.
- CARROLL, L., “Could’ve been a contender: the making and breaking of ‘china’ in the Ottoman Empire”, in: *International*

- Journal of Historical Archaeology*, vol. 3, nº 3, 1999, pp.177-190.
- ESTRABÃO, *The Geography of Strabo*, Loeb, Harvard University Press, Londres, 1988, vol.III.
- FAVERSANI, F., *A pobreza no Satyricon de Petrônio*, Editora da UFOP, Ouro Preto/M.G., 1999.
- FOUCAULT, M., *A ordem do discurso*, Edições Loyola, S.P., 1996.
- FOUCAULT, M., *Arqueologia do saber*, Forense Universitária, R.J., 1997.
- FUNARI, P.P.A. et ZARANKIN, A., “Abordajes arqueológicos de la vivienda doméstica en Pompeya: algunas consideraciones”, manuscrito inédito a ser publicado na *Revista eletrônica Héléade*.
- FUNARI, P.P.A., “A hermenêutica das ciências humanas – a História e a teoria e *praxis* arqueológicas”, in: *Revista da SBPH – Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, nº 10, Curitiba, 1995, pp.3-9.
- FUNARI, P.P.A., “Anforologia – uma nova disciplina arqueológica”, in: *Revista de História*, nº 118, S.P., 1985, pp.161-170.
- FUNARI, P.P.A., “Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano”, in: *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, IFCH/Unicamp, Campinas, 1998, pp.7-34.
- FUNARI, P.P.A., “As estratégias de exploração de recursos do vale do Guadalquivir em época romana, in: *Revista Brasileira de História*, S.P., 1986, v.6, nº 12, pp.169-186.
- FUNARI, P.P.A., “O comércio interprovincial e a natureza das trocas econômicas no alto Império Romano; as evidências do azeite bético na Bretanha”, texto apresentado no V Simpósio de História Antiga em Porto Alegre, 1992.
- FUNARI, P.P.A., “Uma inscrição bética inédita dos anos 90 d.C.: observações preliminares” in: *Revista do Departamento de História*, set. 1988, pp.90-101.
- FUNARI, P.P.A., *A cidade e a civilização romana: um instrumento didático*, Coleção Textos Didáticos, nº 28, IFCH/Unicamp, jul.1998.
- FUNARI, P.P.A., *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*, S.P., Contexto, 1989.
- FUNARI, P.P.A., “Comentário ao texto de Ciro Flamarion Cardoso, ‘Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de

- um historiador””, in: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n° 3, 1999, pp. 43-48.
- GRIMAL, P., *A vida em Roma na Antiguidade*, Publicações Europa-América, Portugal, 1981.
- GUARINELLO, N.L., “A economia antiga e a Arqueologia rural – algumas reflexões”, in: *Clássica*, S.P., 7/8, 1994-95, pp.271-283.
- HIDALGO DE LA VEGA, M.J., *Sociedad e ideologia en el Imperio Romano: Apuleyo de Madaura*, Espanha, Gráficas Ortega, 1986.
- HOBSBAWM, E.J., *Bandidos*, Forense-Universitária, R.J., 1976.
- HOOFF, A. J.L. van, “Ancient robbers: reflections behind the facts”, in: *Ancient Society*, 19, Bélgica, 1998, p.114.
- JONES, S., “Historical categories and the *praxis* of identity: the interpretation of ethnicity in Historical Archaeology”, in: *Historical Archaeology – Back from the Edge* (Funari, P.P.A. et alli – org.), Routledge, Londres/N.Y., 1999, pp.219-232.
- JOYCE, P., “The return of History: postmodernism and the politics of academic History in Britain”, in: *Past and Present*, Oxford University Press, Londres, 1998, pp.207-235.
- RAGO, M., “O efeito-Foucault na historiografia brasileira”, in: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, S.P., 1995, 7(1-2), pp.67-82.
- SHAW, B.D., “El bandido”, in: *El hombre romano*, (Andrea Giardina – org.), Alianza Editorial, Madri, 1991.
- SPENCER-WOOD, S.M., “The formation of ethnic-American identities: Jewish communities in Boston”, in: *Historical Archaeology – Back from the Edge* (Funari, P.P.A. et alli – org.), Routledge, Londres/N.Y., 1999, pp.284-307.
- STOREY, G.R., “Archaeology and Roman Society: Integrating Textual and Archaeological data”, in: *Journal Of Archaeological Research*, vol. 7, n° 3, 1999, pp.203-248.
- VEYNE, P., “Foucault revoluciona a História”, in: *Como se escreve a História*, ed. UNB, Brasília, 4ª edição, 1998, pp.239-285.
- VEYNE, P., “O Império Romano”, in: Duby, G. et Ariès, P., *História da vida privada*, Cia. das Letras, 1990, vol.1, pp.19-223.
- WALLACE-HADRILL, A., “Public honour and private shame: the urban texture of Pompeii”, in: Cornell, T.J. e Lomas, K. (eds.)

Urban society in Roman Italy, UCL Press, Londres, 1996, pp.39-62.

WIEDEMANN, T., “Single Combat and Being Roman”, in: *Ancient Society*, 27, Bélgica, 1996.

WIEDEMANN, T., *Emperors & Gladiators*, Routledge, Londres, 1995.

WILIAMSON, T., “Gardens, Legitimation and Resistance”, in: *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 3, nº 1, 1999, pp.37-52.

ESPAÇO PUBLICITÁRIO



<http://www.neaspoc.cjb.net>

O NEASPOC-UFOP faz pesquisas de opinião voltadas para diversas áreas de interesse:

* Institucional

* Política

* Mercado

Através de estudos e pesquisas, o NEASPOC-UFOP vem alcançando os objetivos que marcaram, em abril de 1999, sua fundação: aperfeiçoar a graduação em História da UFOP, com os recursos da metodologia quantitativa e estreitar as relações com as comunidades bem como diversas instituições públicas e privadas.

Mais recentemente, nesse ano de 2002, o NEASPOC-UFOP criou a "Escola de pesquisa" cujo objetivo é garantir para os estudantes uma formação melhor e mais abrangente em metodologias quantitativas e em trabalho de campo. Para esse fim, a Escola de Pesquisa incluirá uma série de atividades. Todo mês teremos uma programação com cursos de curta duração, palestras, oficinas. Além disso, os participantes do NEASPOC-UFOP estarão sendo financiados para fazer intercâmbio em outros centros de pesquisa, bem como para participar de cursos de formação e eventos da área.

NEASPOC-UFOP

**(Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados,
da Universidade Federal de Ouro Preto)**

Rua do Seminário, s/n. Mariana – MG. 35.420-000 Fone: (31) 35571322, ramal 227.

E-Mail: neaspoc@ichs.ufop.br. Internet: <http://www.neaspoc.cjb.net>

ARTIGO

Catequese, cômruas e jurisdição religiosa no Termo de Minas Novas do Araçuaí¹

Andréa Lisly Gonçalves²
Departamento de História - UFOP

Introdução

Os diversos conflitos que marcaram a implantação da política regalista da Coroa Portuguesa, no contexto da capitania de Minas Gerais, vêm recebendo, nos últimos anos, a atenção dos estudiosos da Instituição do Padroado no Brasil colonial³.

Logo nos primórdios da ocupação das Minas, observam-se as sucessivas determinações da metrópole portuguesa para que se desalojassem os clérigos que se encontrassem ociosos nas áreas onde se extraía o metal, acusados que eram, não apenas de contrabando de

¹ Este trabalho, com algumas modificações, faz parte do Relatório de pesquisa “História e memória da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Água Suja, Comarca do Serro do Frio (séculos XVIII e XIX)”, que integra o Projeto “Berilo Vivo”, coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFOP.

² Doutora em História Social pela USP.

³ Entende-se por Padroado a política de subordinação dos interesses da Igreja aos do Estado português. “Nos primeiros séculos [da colonização] esse regalismo traduziu-se na transferência para as ordens regulares da maior parte das obrigações em relação à manutenção do culto, o que permitia a utilização da receita dos dízimos para outros fins. Já na segunda metade do século XVIII, embora a Coroa tenha valorizado o clero secular, essa política sujeitou crescentemente os sacerdotes à condição de autênticos funcionários da monarquia. Como resultado, constitui-se uma organização eclesiástica muito dependente das autoridades civis, o que, entre outros fatores, explica o peculiar processo de cristianização a que a população foi submetida”. Ronaldo Vainfas (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 - 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

ouro, como também de, nos púlpitos, incitarem os fiéis ao não pagamento dos impostos devidos a título de quintos ao erário régio⁴.

Já por volta de 1703, data em que "o Bispado do Rio de Janeiro se fez presente em Minas, através dos Visitadores Cônegos Manuel da Costa Escobar e Gaspar Ribeiro Pereira"⁵, surgem conflitos em torno da jurisdição eclesiástica da então capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais:

"Neste mesmo tempo, veio o cônego Gaspar Ribeiro, da sé do Rio de Janeiro, primeiro visitador geral das Minas, e chegando ao Sabará teve a notícia que da Bahia vinha outro visitador e que este já se achava no Serro do Frio, donde logo mandou com penas de excomunhão para que se retirasse para o seu arcebispado, porquanto estas Minas pertenciam ao bispado do Rio, por serem os seus descobridores paulistas do dito bispado. Retirou-se com efeito, o tal visitador da Bahia e ficou o dito cônego Ribeiro, no que fez um grande serviço ao seu bispado e estas Minas, provendo-as de vigários"⁶.

A criação do Bispado de Mariana, em 1745, parece ter ampliado as frentes de conflito. Recrudescem, antes mesmo da chegada de D. Frei Manoel da Cruz, as divergências entre os religiosos do bispado do Rio de Janeiro e o Cônego de Sabará, que assume provisoriamente o bispado recém criado, pelo controle dos

⁴ "É notório, aliás, que desde os primeiros descobrimentos de ouro nas Gerais, os religiosos, em geral, mas principalmente os frades, são apontados como dos que mais contribuem para a fuga do metal. (...) O remédio contra tais abusos estaria na limitação ou total exclusão desses religiosos das ditas minas". Sérgio Buarque de Holanda. *Metals e pedras preciosas. História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. T.1, v.2. p.277.

⁵ Caio César Bosch. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. p.87.

⁶ Relação de algumas antiguidades das Minas, anônimo, Vila Rica, ca. 1750. Códice Costa Matoso. p. 222.

assuntos religiosos da região mineradora⁷. As pugnas não cessam com a chegada de D. Frei Manoel da Cruz que irá se queixar à Coroa contra as investidas do clero carioca⁸. Vencido o bispo do Rio de Janeiro na batalha pela administração espiritual nas Minas, D. Frei Manoel da Cruz irá enfrentar a oposição das autoridades administrativas no livre exercício da ação pastoral. O ápice dos conflitos entre autoridade administrativa e eclesiástica nas Minas, no governo pastoral de D. Frei Manoel da Cruz se dará com a expulsão do Ouvidor Costa Matoso de Vila Rica, forçado a regressar a Portugal pouco mais de dois anos após sua chegada à capitania⁹.

Os conflitos entre autoridades civis e eclesiásticas, aliás, perdurarão por longo tempo e suas manifestações irão opor não apenas diretamente religiosos e administradores¹⁰, mas também envolverão o controle, sobretudo o financeiro, das irmandades leigas que irão florescer na capitania¹¹. Já no interior das irmandades os conflitos atingirão os próprios religiosos, divididos entre os clérigos

⁷ Iris Kantor. Do imposto à etiqueta: conflitos de competência no processo de implantação do bispado de Mariana em Minas Gerais (1748). 2001, exemplar fornecido pela autora.

⁸ *Ibidem*.

⁹ "Em 1749, o Ouvidor Caetano da Costa Matoso mandava verificar as contas do bispado e denunciava o bispo de cobrar taxas em demasia e de exceder-se nos gastos suntuários. Ouvidor e bispo disputaram palmo a palmo o direito de cobrança dos tributos das irmandades leigas. Essa disputa também foi longe e o ouvidor acabaria sendo removido do seu posto, por esse e por outros motivos". Iris Kantor. Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 - 1748): a transgressão formalizada. In: István Jancsó e Iris Kantor (organizadores). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial. 2001, v.I. p.178-9.

¹⁰ "O desenvolvimento de um 'catolicismo leigo', praticado pelas irmandades mineiras e a ausência das missões e ordens regulares possibilitou uma politização mais intensa dos interesses clericais, levando, muitas vezes, a confrontos diretos com as autoridades metropolitanas...". *Ibidem*. p.169.

¹¹ "A fiscalização da contabilidade das confrarias constituía uma das principais formas de controle de suas atividades durante o período colonial. A Coroa e a Igreja entraram em conflito sobre o monopólio da função em Minas". Marcos Magalhães de Aguiar. Estado e Igreja na capitania de Minas Gerais: notas sobre mecanismos de controle da vida associativa. *Varia Historia*. Belo Horizonte: Departamento de História/UFMG, 2000, n°21, Jul. de 1999. Número especial Códice Costa Matoso. p.42.

das paróquias coladas e os capelães, uma vez que esses últimos, ao se verem premidos a preservar seus vínculos com as confrarias, acabavam não apenas pôr se indispor contra os seus confrades¹², mas também por fortalecer as pretensões de autonomia das próprias irmandades¹³.

O estudo de caso de que trata o presente artigo relaciona-se ao tipo de conflito, já mencionado, resultante da “não coincidência entre os limites administrativos e eclesiásticos da capitania de Minas Gerais¹⁴”. Apesar de o bispado de Mariana exercer o controle sobre parte, talvez a mais importante, da Comarca do Serro do Frio, aquela compreendida pelo Distrito Diamantino, a região mais ao norte da capitania de Minas estará sobre jurisdição eclesiástica do bispado da Bahia. Isso explica a reivindicação, que se irá analisar, em torno da isonomia das cômruas¹⁵ pagas no espaço da própria Comarca do Serro do Frio. Os peticionários são dois clérigos da Paróquia de Nossa Senhora de Água Suja, Termo de Minas Novas do Araçuaí pertencente à diocese da cidade da Bahia.

¹² “Os conflitos constantes entre irmandades e párocos em torno dos privilégios e direitos paroquiais sempre colocavam o capelão frente a duas opções: ficar com os confrades, enfrentando a autoridade paroquial, ou permanecer junto ao vigário, inviabilizando a continuação de sua capelania”. Marcos Magalhães de Aguiar. *Capelães e vida associativa na Capitania de Minas Gerais. Varia História*. Belo Horizonte: Departamento de História/UFMG, nº17, Março de 1997. p.101.

¹³ *Idem*, p.80.

¹⁴ Iris Kantor. *Do imposto à etiqueta: conflitos de competência no processo de implantação do bispado de Mariana em Minas Gerais (1748)*. 2001, exemplar fornecido pela autora.

¹⁵ Cômrua ou, de acordo com Raphael Bluteau "Cômruo (Termo do direito canônico) Diz-se de certa forma, que dos dízimos se paga aos curas, para seu sustento, e neste sentido se diz". *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728.

A cômrua era a "Remuneração anual paga pela Coroa ao clero secular com cargos colados (confirmados), para seu sustento, em virtude do regime de padroado, pelo qual a Coroa recolhe em seu favor os dízimos eclesiásticos e, em troca, arca com as despesas com os sacerdotes e o culto divino". *Código Costa Matoso*. v.2 (Glossário, Biografias, Índices).

Prerrogativas e direito consuetudinário na remuneração do clero mineiro

Apesar de prevalecer uma certa indefinição quanto aos limites administrativos, até o ano de 1719 o Serro do Frio esteve ligado à Comarca de Sabará. Naquele ano, as autoridades coloniais, por julgarem que a comarca do Rio das Velhas era muito extensa, dividiu-a criando a nova Comarca do Serro do Frio. O ato foi confirmado pelo bando de 26 de abril de 1721 no qual se declarou que "o distrito desta nova comarca ficava pertencendo ao Governo de Minas Gerais".

A determinação, porém, não se estendeu às Minas Novas do Araçuaí e Fanados, cuja exploração mineral teve início na década de 20 dos Setecentos. A 21 de maio de 1729, uma ordem estabelecia que a região ficasse sob controle do Ouvidor do Serro Frio, porém subordinada ao Vice-Rei do Estado, ou seja, submetida ao governo da Bahia¹⁶. Talvez, não fosse mera coincidência o fato de a determinação ocorrer no mesmo ano em que a descoberta de diamantes no Arraial do Tijuco foi comunicada à Coroa. Desmembrar o território de Minas Novas certamente facilitaria a tarefa de circunscrever a demarcação diamantina, no interesse da exploração e contenção do contrabando de diamantes.

Decorridos quase trinta anos, efetua-se a desanexação do Termo Minas Novas do Araçuaí do governo da Bahia, ficando "sujeita às Minas Gerais, para onde logo se passou a Companhia de Dragões"¹⁷. De acordo com Diogo de Vasconcelos a mudança deve ser associada, dentre outros motivos, aos interesses da máquina fiscal metropolitana:

¹⁶ José João Teixeira Coelho. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p.86-7. Introdução de Francisco Iglesias.

¹⁷ José Joaquim da Rocha. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p.141. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende.

“A conveniência de se alargar o âmbito de Minas Gerais para os efeitos da derrama, na falta das cem arrobas exigidas pelo quinto [concorreu] para a Resolução Ultramarina de 13 de maio de 1757, mandando incorporar integralmente Minas Novas à comarca do Serro e ao Governo de Minas, incorporação que se efetuou em virtude do decreto de 26 de agosto de 1760”¹⁸.

Porém, apenas Joaquim da Rocha ressalva que, do ponto de vista eclesiástico, as Minas Novas eram “*governadas... por um vigário-geral, nomeado pelo arcebispo da Bahia*”¹⁹, o que significa dizer que, quanto ao poder espiritual, a região seguiu ligada à capitania que, apenas seis anos mais tarde, perderia sua condição de sediar a capital da América portuguesa para o Rio de Janeiro.

Se as dilatadas distâncias em relação ao bispado de Mariana justificavam conservar o Termo de Minas Novas sob a jurisdição eclesiástica do Arcebispado da Bahia, tal vinculação não deixava de gerar conflitos como os que opuseram o Vigário Colado²⁰ da Freguesia de Santo Antônio de Itacambira de Minas Novas e o Padre Antônio José Pinheiro Salgado, Vigário Colado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Suja à Fazenda Real da Bahia²¹.

¹⁸ Diogo de Vasconcelos. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.p.57-8. Já José João Teixeira Coelho atribui às longas distâncias o motivo pelo qual o Termo de Minas Novas deixou de se submeter ao governo da Bahia: "A grande distância em que os ditos descobrimentos ficavam da Cidade da Bahia fez que Sua Majestade, por decreto de 10 de maio de 1757, os separasse do dito Governo e os unisse, com tropas que se achavam neles, à Capitania de Minas Gerais; e pela resolução de 26 de agosto de 1760 se declarou que o dito território de Minas Novas ficava pertencendo a este dito Governo de Minas Gerais, sem distinção da jurisdição militar ou cível". *Op. cit.* p.87.

¹⁹ *Op. cit.* p.144.

²⁰ Vigários colados eram aqueles confirmados no cargo pela autoridade civil e que se beneficiavam do recebimento da cômputa.

²¹ Requerimento de Eusébio Antônio dos Santos, vigário da freguesia de Santo Antônio de Itacambira, e de Antônio José Pinheiro Salgado, vigário da freguesia de

O documento é emblemático no sentido de como os problemas de jurisdição, que se mostrarão não exclusivamente de competência religiosa, podiam ser instrumentalizados de acordo com os interesses dos peticionários. Toda a pendência girava em torno do montante pago, a título de cônica, cujos valores reduziam-se a 73\$000 (setenta e três mil réis) anuais, pagos pela Real Fazenda da Bahia, muito distantes dos 200\$000 (duzentos mil réis) pagos pela Real Fazenda de Minas.

Que a soma de 200\$000 parecia elevada até mesmo para a região das Minas atestam as disposições do Visconde de Barbacena, que inicia seu governo das Minas Gerais em 1788, de reduzi-la para 50\$00²². Opinião divergente pareciam ter os prelados cujas queixas constantes contra o montante irrisório e o atraso no pagamento das cônica se fizeram registrar mesmo na área central da capitania.

Centremo-nos aqui em um dos signatários, o Padre Antônio José Pinheiro Salgado. O sacerdote de Água Suja não conseguia fugir, em sua argumentação, das contradições inerentes à tentativa de

Nossa Senhora da Conceição de Água Suja, ambas de Minas Novas, Companhia do Serro do Frio, solicitando que lhes seja paga cônica anual de 200 mil réis, concedida a todos os vigários de Minas, apesar daquelas freguesias dependerem do arcebispado da Bahia. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Caixa 174, documento 12 (microfilme), 19/01/1805, APM.

²² De acordo com Kenneth Maxwell “As ordens de Barbacena cobriam todo o espectro da vida da capitania. (...) O salário anual pago aos vigários das paróquias foi reduzido de 200 mil-réis para 50, sendo aplicado o dinheiro economizado nas igrejas e paróquias de todo o Brasil”. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira*. Brasil-Portugal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.126. Se a medida chegou realmente a ser implementada, ela não durou mais que os 17 anos que mediam entre a chegada do Visconde de Barbacena e o momento em que os padres de Minas Novas redigem seu documento. Saint-Hilaire descreve a evolução dos valores das cônica no Brasil desde o início do século XVI: “As porções cônica dos párocos era originariamente de 35 mil réis apenas; mas, por uma ordem do Rei (carta régia) de 23 de novembro de 1608, foram, na maior parte, elevadas para 50 mil réis, e uma outra ordem, de 16 de fevereiro de 1718, elevou a 200 mil réis os vencimentos dos vigários de Minas Gerais e São Paulo”. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1816-1817). Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.220.

buscar estender uma prerrogativa a um contexto onde, por razões consuetudinárias, vigoravam disposições diversas.

O religioso sustentava que a Coroa, por uma Ordem Régia de 16 de fevereiro de 1718, estabelecera em 200\$000 o valor das cômguas a serem pagas nas Minas Gerais. No entendimento do cura da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Suja o problema central consistia no fato de, mesmo residindo “*no centro de Minas onde há lavouras de ouro e diamantes, muito perto de Minas Gerais e Serro do Frio e muito longe da Bahia em duzentas léguas*” continuar a receber “*por costume antigo... da Fazenda Real da Bahia a pequena cômgrua de 73\$000*”²³.

Para o requerente, ou se uniformizava o valor da cômgrua em 200\$000 no território que se estendia de Minas à Bahia, o que estaria de acordo com a Ordem Real, já referida, ou passava a receber seus proventos diretamente da Fazenda Real de Minas Gerais. O importante é ressaltar que a pendência parece ser muito mais uma decorrência do Sistema de Padroado Régio do que uma questão puramente de foro religioso.

Como já foi referido, as relações entre Estado e Igreja se estreitaram ainda mais na capitania de Minas Gerais, território onde foi proibido, por parte da Coroa, o estabelecimento de ordens religiosas (ordens primeiras). O clero secular desempenhou assim, na capitania do ouro, e não obstante as acusações dos contemporâneos de que a folha eclesiástica cobria um número pequeno de religiosos²⁴ - os “vigários colados”, como o padre Antônio José Pinheiro

²³ Requerimento de Eusébio Antônio dos Santos, vigário da freguesia de Santo Antônio de Itacambira, e de Antônio José Pinheiro Salgado, vigário da freguesia de Nosso Senhor da Conceição de Água Suja... .

²⁴ De acordo com Caio César Bosch, o atraso no pagamento das cômguas não era o principal problema enfrentado pelo clero mineiro: “Obedecendo a valores fixados em tabelas próprias - as chamadas folhas eclesiásticas -, essas subvenções... destinavam-se ao pagamento dos gastos pessoais e à manutenção dos eclesiásticos, em troca da prestação de seus serviços. Entretanto... como se não bastassem as distorções e injustiças praticadas na fixação dos valores, ainda, e principalmente, incorria no erro de atingir um universo restrito de religiosos, não apenas pela política

Salgado -, o papel de verdadeiros funcionários públicos, cuidando de tarefas administrativas deixando, assim, um espaço enorme à atuação das irmandades leigas²⁵, tanto no desempenho das tarefas relacionadas ao culto religioso, quanto as assistenciais.

O controle temporal sobre os assuntos religiosos fica bastante claro no documento em apreço quando o vigário não parece acusar qualquer incompatibilidade entre pertencer ao Arcebispado da Bahia e receber seus proventos pela capitania de Minas Gerais uma vez que cabia à Real Fazenda, e não à autoridade sacerdotais, o pagamento das côngruas. As respectivas Fazendas Reais de uma e outra capitania é que buscavam tirar proveito da situação, conforme esclarece o Padre Antônio Pinheiro:

“O ter costume antigo cobrar os suplicantes a pequena Côngrua pela Bahia, não tira o Direito que tem de receber a Côngrua de 200\$000 da mesma Bahia; ou em Minas Gerais, por que ambas as Fazendas Reais duvidam pagar sem Ordem Regia; a Fazenda de Minas duvida; dizem que como os suplicantes cobram pela Bahia por ela se queixem e cobrem os 200\$000; a Fazenda Real da Bahia duvida pagar por não constar

limitadora de clérigos na Capitania, como também pelo fato de que o número de igrejas não-coladas se revela superior ao de coladas”. *Op. cit.* p. 29.

²⁵ Apenas na Comarca do Serro do Frio Caio César Bosch registrou, para o século XVIII, a existência de 18 irmandades leigas. *Op. cit.* p.220-1 - Anexos). Em Chapada do Norte, distante “4 léguas portuguesas” (cerca de 6.173 m) de Berilo, de acordo com Saint-Hilaire, subsiste uma importante Irmandade Leiga, a do Rosário dos Pretos, a cujo Compromisso (espécie de estatuto) tivemos acesso. A Irmandade do Rosário de Chapada teria sido criada em meados do século XVIII, ainda que seu registro date do ano de 1822. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos, libertos e cativos, ereta na Freguesia de Santa Cruz na Chapada do Arcebispado da Bahia. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1822. No ano de 1742 teve lugar, no mesmo distrito, o estabelecimento da Irmandade do Santíssimo Sacramento destinada a zelar pela Igreja matriz. A história de Chapada do Norte foi reconstituída por Liliana de Mendonça Porto. *Um estudo sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte/MG*. Brasília: UNB, 1997. (Dissertação. Mestrado em Antropologia).

da Provisão Regia e não terem nova Ordem Regia para a dita Cômgrua de 200\$000”²⁶.

De fato, e como comprova o autor anônimo das Memórias Históricas da Província de Minas Gerais, cômgruas de 200\$000 não eram desconhecidas na mesma região de Água Suja, Termo de Minas Novas, Comarca do Serro do Frio. Em 1788, visando a catequese do “índio botocudo” – obra concretizada, sempre de acordo com o autor anônimo, pelo padre Antônio Xavier Buitrago da Paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Água Suja, em 1812 –, pareceu:

“conveniente que em proveito da catequese se criasse ali um curato ou uma paróquia, [sendo que] em 88 foi deputado um sacerdote com esse cargo, a junta real de vila rica congruou com 200\$000 dando-lhe a provisão do ordinário por limites com a freguesia de Água Suja, desde a embocadura do rio Piauí no Jequitinhonha, por este abaixo, até extremar com a freguesia de Belmonte...”²⁷.

Certamente, o enfrentamento e a catequese do gentio hostil justificavam o pagamento de cômgruas nos valores praticados nas Minas.

Escrevendo em 1817, doze anos, portanto, após o encaminhamento do requerimento dos sacerdotes de Minas Novas, Saint-Hilaire, depois de admitir que o clero do Arcebispado da Bahia era menos simoníaco que o do Bispado de Mariana, apesar de

²⁶ Requerimento de Eusébio Antônio dos Santos, vigário da freguesia de Santo Antônio de Itacambira, e de Antônio José Pinheiro Salgado, vigário da freguesia de Nossa Senhor da Conceição de Água Suja

²⁷ *Memórias Históricas da Província de Minas Gerais*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XIII, 1908-9, p.600. O documento é de data incerta. Uma leitura atenta da *Memória*, porém, revela que a informação mais recente ali registrada situa-se em finais da década de 1820.

receberem cômguas equivalentes a $\frac{1}{4}$ das percebidas pelos religiosos das Minas²⁸, afirma que “*como os de Minas Novas recebem a sua administração da Província de Minas, foram equiparados nos vencimentos aos outros párocos da mesma província*” recebendo cômgrua de 200\$000 conforme estabelecido na Carta Régia de 1718²⁹. Como se pode ver pelo documento analisado, ou a situação das cômguas de Minas Novas se resolveu a partir da intervenção dos clérigos peticionários ou o viajante cometeu uma generalização imprópria acerca dos proventos dos religiosos de Minas Novas.

Considerações finais

De acordo com Caio Bosch, a criação do Bispado de Mariana, reivindicada pela Coroa portuguesa pelo menos desde 1719, buscava embarçar qualquer pretensão que os castelhanos pudessem formular em relação às terras interioranas da colônia de Portugal na América, desde então efetivamente ocupadas por Portugal³⁰.

O controle do governo religioso, agora no próprio território da capitania e não mais no Rio de Janeiro, aliado à montagem de uma extensa máquina fiscal e administrativa, consolidaria o poder da metrópole nas Minas Gerais, temperado pela oposição, velada ou explícita dos próprios mineradores.

²⁸ “Na diocese da Bahia, a porção cômgrua dos sacerdotes não excede a cinquenta mil réis”. Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1816-1817)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.290.

²⁹ Ibidem. p. 290.

³⁰ “Embora a criação de um bispado em Minas só se tenha efetivado em meados do Setecentos, a idéia já fora ventilada pela Metrópole oportuna e contemporaneamente à consolidação da máquina administrativa-fiscalista na nova capitania. (...) Era flagrante o intuito da criação dos bispados de Mariana e São Paulo e das prelazias de Goiás e Mato Grosso dentro da política metropolitana de manutenção e ampliação da soberania de suas possessões na América”. *Op. cit.* p.86-7 e 89.

Porém, tais fatos não impediram que áreas mineradoras relativamente importantes ficassem fora da jurisdição eclesiástica do bispado de Mariana, criando situações nas quais a divisão administrativa não coincidia com a eclesiástica (o que afasta argumentos fáceis de que seriam os fatores de ordem meramente geográfica os responsáveis pela definição das fronteiras temporais e espirituais) favorecendo o aparecimento de demandas como a que mobilizou os padres de Minas Novas do Araçuaí na defesa do valor de suas cômrua.

ARTIGO*História, Saúde, Ciência.*

Aanny Jackeline Torres Silveira*

O final deste século XX têm reservado descobertas surpreendentes na área do conhecimento médico, quer no campo do reconhecimento como também no tratamento das doenças que atingem o corpo dos homens. Em finais de junho, a imprensa nacional e mundial anunciava que os cientistas haviam mapeado a seqüência dos genes que compõem o DNA humano¹. Isto era fruto do trabalho realizado durante a última década por pesquisadores que compunham o consórcio público internacional conhecido como **Projeto Genoma Humano** (PGH) e a empresa norte-americana **Celera**. A divulgação deste trabalho foi realizada em cerimônia que contou com a participação dos dirigentes de duas grandes nações do mundo ocidental, os Estados Unidos e a Inglaterra.

As manchetes que, divulgadas pelos periódicos, anunciaram este fato marcavam-no como a maior conquista da área médica, inaugurando mesmo uma nova era do conhecimento sobre o homem. Com esta informação os cientistas poderão, em teoria, desvendar os mecanismos moleculares de todas as aflições que vitimam o ser humano desde tempos remotos. Alguns artigos afirmavam que a medicina, a partir daquele momento, aproximava-se das ciências exatas, pela precisão com a qual esta descoberta poderia municiar o saber médico na identificação e solução das doenças². Notícias de descobertas como esta têm se multiplicado na imprensa nestes últimos anos, reafirmando, de forma muitas vezes acrítica, o poder do homem e da ciência que ele constrói.

* Professora do Coltec – UFMG; Doutoranda em Historia Social pela UFF)

¹ *Folha de São Paulo*. “Genoma” (Caderno Especial). São Paulo, 27 de junho de 2000. Vale ressaltar que este seqüenciamento não contempla todo o código genético humano, com cerca de três bilhões de letras, mas algo em torno de 90% deste total.

² “[O] Projeto Genoma Humano, promete a era da bio-medicina de precisão”; “A transcrição do código genético inaugura a era da medicina como ciência quase exata”. *Folha de São Paulo*. 27 de junho de 2000.

Parece que estamos cada vez mais próximos de uma visão de homem representada através de uma combinação de letras³. Segundo tal visão, a saúde poderia ser tomada como o resultado de uma organização harmônica destes pequenos sinais e as doenças fruto de mutações ou defeitos nas grandes fileiras de genes, um caos bioquímico representado por uma falha da “ortografia” genética. O desenvolvimento de equipamentos de exame ultramodernos e o recurso à bioquímica poderiam, então, produzir diagnósticos exatos e propor as soluções definitivas a todas as necessidades e enfermidades do corpo humano.

Essa visão passada pela imprensa não pode ser atribuída a um gratuito sensacionalismo ou a um excesso de otimismo por parte dos jornalistas ou dos membros da comunidade médica. Trata-se de uma percepção consolidada no meio social, para além e para aquém do espaço ocupado por cientistas e jornalistas. Essa visão do saber médico como algo científico, cada vez mais exato e preciso tem uma base histórica claramente demarcada por diversos estudos⁴. É uma visão que toma o saber médico como um conhecimento acumulável, que vai crescentemente eliminando os erros e ganhando precisão. Funda-se em uma idéia de ciência que não se restringe ao domínio médico, ou seja, uma visão de ciência que remete a um acúmulo unilinear e autônomo de saberes. Daí o tom triunfalista e, ao mesmo

³ A combinação genética é realizada através da identificação das bases nitrogenadas que compõem o encadeamento das moléculas do DNA. A notação é feita através de letras – A, T, C e G – que identificam os componentes do código genético.

⁴ DAMPIER, William C. *A History of Science*. 4ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1948. WOLF, A. *A History of Science, Technology and Philosophy in the 16th and 17th centuries*. London: George Allen & Unwin LTD, s.d. LYONS, Albert S. and PETRUCELLI, R. Joseph. *Medicine: Na Illustrated History*. New York: Abradale Press, 1987. CASTIGLIONI, Arturo. *História da Medicina* (2 vol.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.. SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *Pequena história da medicina brasileira*. São Paulo: Parma, 1980.

tempo, quase deificado dessa descoberta. A sociedade está excluída e aparece como receptora do progresso inevitável do saber médico. Cabe à população receber os benefícios gerados por esses avanços progressivos, sem compreendê-lo e sem se opor a eles.

A tendência propagandeada é de eliminação de outros saberes não científicos (curandeirismo, cura espiritual, medicina popular *et cetera*). Assim, postula-se que há um conhecimento científico externo e superior à sociedade, autônomo com relação a essa e os outros saberes, que ocupam o espaço ainda não dominado pela ciência e atuam onde o saber médico ainda falha. À medida que a ciência avança, esses conhecimentos são desmascarados e superados.

A história da medicina e a história das doenças têm dado grande contribuição para apontar que tal visão não é nova e tão pouco se sustenta à luz das evidências. As investigações mais recentes têm percebido o saber médico como um fenômeno social e, enquanto tal, passível de ser analisado dentro de um quadro de forças sociais⁵. Este quadro de forças sociais constrange e influencia no conteúdo deste saber médico e na forma como ele é construído, difundido e aplicado.

O que pretendemos através deste texto é discutir a prática médica como, antes de tudo, uma ação social e o conhecimento médico como um saber que se constitui a partir das interações sociais, buscando clarificar, ainda, algumas das contribuições que a análise histórica pode trazer para ampliar nossas possibilidades de visão e abordagem a respeito destas questões.

Podemos definir a saúde como estado de bem-estar físico, mental e social. Porém, se tomamos a realidade, é possível perceber que normalmente retemos os aspectos relacionados ao estado físico, identificando a saúde com a atividade regular, normal ou adequada dos

⁵ RANGER, Terence and SLACK, Paul. *Epidemics and Ideas: Essays on the Historical Perception of Pestilence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. SOURNIA, Jean-Charles e RUFFIE, Jacques. *As epidemias na história do homem*. Lisboa: Edições 70, s.d., entre vários outros.

órgãos, aparelhos e sistemas orgânicos, o que poderia ser traduzido como um bom funcionamento fisiológico do organismo (área contemplada por diversas disciplinas que informam o conhecimento médico atual, especialmente as chamadas ciências biomédicas básicas, como a anatomia, a fisiologia, a bioquímica)⁶.

Este privilégio atribuído por grande parte da sociedade ao estado físico do organismo na sua elaboração de uma idéia do que seja a saúde, acaba contribuindo para um maior dimensionamento de determinadas áreas do conhecimento médico – especialmente aquelas identificadas de modo mais íntimo com o trabalho científico (ciências laboratoriais referenciadas acima, por excelência).

Decorre daí a imagem de que os avanços do conhecimento médico caminham de forma inexorável para a cura dos males que afetam o organismo humano. Temos assim uma repetição da visão de medicina que perpassa, por exemplo, aquelas considerações emitidas pela imprensa quando da divulgação do Projeto Genoma: um conhecimento pautado pelo cientificismo, uma perspectiva iatrocêntrica na qual as práticas da saúde se equívalem às descobertas científicas e às inovações tecnológicas.

Examinando as opiniões emitidas por alguns membros da comunidade científica, e a forma como alguns artigos na imprensa trataram a divulgação dos resultados do Projeto Genoma, podemos perceber, porém, que tal perspectiva unilinear e heróica não é criação exclusiva da população. Ela encontra apoio na forma como muitos profissionais da área se posicionam sobre estes avanços, acreditando no determinismo destas teorias e, portanto, na sua capacidade e exclusividade para responder de forma positiva às enfermidades do homem. Esta postura municia a imprensa na reprodução desta visão evolucionista e triunfalista, que por sua vez vai reforçá-la no interior da sociedade.

⁶ HEGENBERG, Leonidas. *Doença: um estudo filosófico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

É questionando esta forma de perceber o conhecimento médico, criticando a visão unilínea e autônoma que o aspecto científico tem recebido por parte da comunidade de seus profissionais, dos meios de imprensa, da população e, também, de alguns estudos dedicados a sua gênese e evolução, que a história da medicina, ou a história da saúde, pode e deve contribuir. Esta contribuição está fundada na reintrodução da perspectiva social que conforma o conhecimento e a ação médica no interior da sociedade.

Retomando a noção de saúde apontada anteriormente vimos que esta pode ser entendida como estado de bem-estar físico, mental e social. Esta definição aponta para aspectos que pressupõem o envolvimento de outras áreas do conhecimento, para além do que comumente entendemos como um campo (restrito) do saber médico. Se pensarmos, por exemplo, que os distúrbios emocionais podem, muitas vezes, desencadear processos de desequilíbrio nas funções normais do organismo, então as atitudes e interações socioculturais e, especialmente, as questões relacionadas à psicologia social, devem ser considerados como aspectos influentes para a conservação deste estado de saúde⁷.

Por outro lado, se consideramos verdadeira a necessidade de condições higiênicas adequadas, seja no trabalho seja na vida cotidiana, para que a sociedade possa evitar a propagação de determinadas doenças, devemos concordar, então, que a arquitetura ou a engenharia sanitária (ao se referirem a questões que envolvem as condições sanitárias ideais na ocupação dos espaços) também desempenham um papel importante para a manutenção da saúde. Mais ainda, se reconhecemos que as intervenções sanitárias implicam aspectos que são da ordem do político, então também as ações políticas devem ser consideradas como fatores influentes nos rumos dos debates e do desenvolvimento dos conhecimentos sobre a questão da saúde.

Estas outras perspectivas que intervêm no campo da saúde apontam para o fato de que esta não pode ser reduzida às conquistas da “ciência médica”, e muito menos que este seja um campo de

⁷ Idem.

conhecimento apartado da sociedade e das relações de natureza as mais diversas que são estabelecidas no seu interior. O papel destas relações e a forma como elas interagem na produção dos conhecimentos científicos, e no conhecimento médico em particular, é um dos pontos fundamentais nas análises elaboradas pela história da medicina, ou da saúde.

Entre os trabalhos dedicados a essa temática, destacamos a obra de George Rosen⁸ que, apesar de apresentar alguns limites no quadro explicativo proposto e de um enfoque pautado pela continuidade, marcou uma ruptura com as abordagens técnicas tradicionais, de uma historiografia dedicada ao exame estrito de conquistas técnicas e científicas, às biografias e bibliografias dos grandes expoentes da ciência médica. O pensamento de Rosen parte da proposição de que os problemas relacionados à saúde e a maneira pela qual a sociedade se dispõe a enfrentá-los envolve aspectos outros que unicamente os conhecimentos da chamada ciência bioquímica básica e das inovações técnicas que ela origina. A abordagem proposta pelo autor aponta para a necessidade de se considerar também as relações que ligam estes problemas às condições políticas, econômicas e sociais, isso é, às condições objetivas de existência das sociedades.

Além de propor uma abordagem que valoriza os aspectos sociais do conhecimento médico, Rosen também o historiciza, à medida que afirma que este conhecimento possui conformações que variam segundo as sociedades, suas demandas e valores⁹. Além disso, ao priorizar a doença é possível recuperar os determinantes e os valores, para além do conhecimento exclusivamente científico e técnico, que participam no estabelecimento da noção, das práticas e do próprio estado de saúde de uma sociedade.

Segundo Rosen, as doenças são fenômenos sociais, uma vez que são resultantes ou interferentes das condições sociais ou das

⁸ ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2 ed. São Paulo: UNESP: HUCITEC, 1994.

⁹ Ver também RANGER, T e SLACK, p. op cit., SOURNIA J.Ch. e RUFFIE, J, op cit.

relações sob as quais os homens vivem e trabalham. Portanto, sua compreensão e a busca de soluções se fazem num contexto que é “biossocial”. É possível afirmar, deste modo, que o conhecimento médico sofre interferência de necessidades que são socialmente colocadas, resultante das experiências de vida de cada época.

Os trabalhos mais recentes em história da ciência¹⁰ têm se proposto a examinar como a produção desta forma, entre outras, de conhecimento da realidade e dos processos que a envolvem, também se pauta por questões outras que aquelas preocupadas com o estabelecimento de sua validade ou de sua adequação à realidade (ou à experiência), com a correção lógica de suas proposições, com os dispositivos metodológicos que obedece. Busca-se recuperar, na compreensão dos fatores influentes na construção deste conhecimento, assim como dos objetos que ele privilegia em momentos diferentes, o papel das demandas públicas e sociais, dos constrangimentos econômicos que influem nos rumos que segue, das interferências do mercado na definição das questões a serem privilegiadas, das redes de vulgarização, da aceitação e impacto nas comunidades científicas estabelecidas, do corporativismo no interior destas comunidades, entre outros. O que significa dizer uma preocupação com o circuito de comunicação, ou de produção e consumo que integra os cientistas, os meios de divulgação, o governo e a sociedade.

A história da medicina ou história da saúde tem produzido trabalhos importantes nesta linha de abordagem. O exame da constituição de alguns campos de saber no interior do conhecimento médico, por exemplo, podem nos levar a desmistificar essa perspectiva evolucionista e triunfalista de uma ciência médica, ao mostrar como, na tentativa de afirmação social deste saberes, a própria comunidade de médicos (ou especialistas) reforça essa perspectiva.

¹⁰ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. GIL, Fernando. História das ciências e da epistemologia. In: CARILHO, Manuel m. *História e prática das ciências*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979. PATTY, Michel. A idéia da universalidade da ciência e sua crítica filosófica e histórica. *Discurso*, n.28, p.7-60, 1997. PORTOCARRERO, Vera (org). *Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

Um exemplo desta abordagem é o trabalho de José Leopoldo F. Antunes¹¹. Estudando o pensamento médico no Brasil entre fins do século XIX e a década de trinta, o autor discute a existência de uma perspectiva de viés corporativista no reconhecimento das origens deste saber médico. Segundo o autor, o critério sobre a inclusão ou o pertencimento de determinados conhecimentos e postulados ao escopo deste campo de saber será definido exclusivamente a partir do estado atual desta disciplina. O que significa dizer que o passado a ser recuperado deve ser aquele que se enquadra convenientemente no perfil atual da disciplina. Este tipo de procedimento obscurece as falhas, as incongruências e as lutas que marcam a elaboração do conhecimento científico nesta área específica.

Outro exemplo de contribuição da abordagem histórica da saúde que também propõe uma revisão deste caráter estritamente lógico, racional e triunfante do saber médico, são os estudos que abordam as outras práticas de cura existentes no interior da sociedade¹². Ao recuperar a história destas práticas e sua permanência em meio aos diversos grupos sociais, mesmo após a afirmação da chamada “medicina científica”, estes estudos revelam e enfatizam a concorrência anteposta e a não universalização dos conhecimentos produzidos por esta ciência.

Em outros casos, podem contribuir, ainda, para uma reavaliação da noção de “medicalização”, entendida como processo em que cada vez mais o cotidiano é colocado sob o controle ou enquadramento do conhecimento médico, bastante difundida nos trabalhos sobre a área de saúde e sociedade¹³. Isto pode ser percebido

¹¹ *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.

¹² CARVALHO, Antônio Carlos Duarte. *Curandeirismo e medicina: práticas populares e políticas estatais de saúde em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940*. Londrina: UEL, 1999. RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência nos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997. WEBER, Beatriz. *As artes de curar: medicina, religião magia e positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: Ed. EDUSC, 1999.

¹³ CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. JONES, Colin.

pelo fato de que tais abordagens, geralmente, apontam para uma perspectiva de análise que toma os grupos sociais como sujeitos atuantes na organização do mundo no qual vivem, e não como meros objetos ou pacientes de um projeto de normatização (medicalização) dirigida a partir de um saber específico, superando a visão que toma as ações da sociedade exclusivamente como reações a imposições de normas racionais disciplinadoras e dominadoras. Ao contrário, os grupos sociais interagem com criatividade e também participam de uma forma ativa na construção destes saberes.

Acreditamos assim, que a história é geradora de problemas especiais e importantes para efeito de reconstrução da racionalidade e da produção científica. As conquistas da ciência não devem desautorizar outros valores e aspectos como fontes legítimas e influentes na compreensão do que seja o conhecimento médico e da forma como ele se institui.

Podemos dizer que, a feição que tem tomado o noticiário a respeito das últimas descobertas, como o Projeto Genoma, se inscreve como na tradição que “atribui ao saber [especialmente ao saber dito científico], com sua intrínseca pretensão de deter a verdade, um potencial quase ilimitado de controlar e moldar a sociedade segundo seus próprios desígnios”¹⁴. Se a genética promete à sociedade grandes conquistas, ela também apresenta fracassos e erros – que porém não encontram publicidade tão marcante nos meios de comunicação. Além disto, ela propõe questões de caráter ético que afetam toda a sociedade: Quais carências sociais ou fisiológicas serão priorizados a partir da desta codificação do seqüenciamento genético? Que alcance social terão estas conquistas num mundo onde a saúde se torna cada vez mais uma mercadoria? De que maneira estas informações poderão ser usadas em relação aos indivíduos e que tipos de controle, e por quem, serão estabelecidos?

Montpellier Medical Students and the Medicalization of 18th Century France. In: Ed. PORTER, Roy and WEAR, Andrew. *Problems and Methods in the History of Medicine*. London: Croom Helm, 1987.

¹⁴ Maria Clementina P. Cunha, in WEBER, op cit, p.15.

Quem terá o domínio sob os patentes que poderão ser produzidas a partir deste conhecimento?

E é por possuírem este caráter ético que tais questões não deverão, portanto, ser decididas num âmbito cultural, social e político restrito.

Normas de Publicação de *LPH – Revista de História*

São aceitos, desde que inéditos:

- 1- Artigos de pesquisa e de revisão, respeitando o limite de 30 (trinta) laudas.
- 2- Comunicações, compreendendo a apresentação de resultados parciais de pesquisas, respeitando o limite de 10 (dez) laudas.
- 3- Entrevistas.
- 4- Os trabalhos deverão ser apresentados em duas vias, gravados em disquete, em laudas de 30 (trinta) linhas, em espaço duplo. O tamanho da fonte é 12 (doze).
- 5- Os trabalhos, para serem publicados, deverão ser aprovados pelo Conselho Consultivo de *LPH – Revista de História*.